FERNANDA GALERA SOLER

**A Exploração Comercial dos Direitos Conexos Do Ator:
um estudo sobre a possibilidade de cessão destes direitos na
obra audiovisual**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Newton Silveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2019

FERNANDA GALERA SOLER

**A Exploração Comercial dos Direitos Conexos Do Ator:
um estudo sobre a possibilidade de cessão destes direitos na
obra audiovisual**

Dissertação de Mestrado apresentada a
Banca Examinadora do Programa de
Pós-Graduação em Direito, da
Faculdade de Direito da Universidade
de São Paulo, na área de concentração
de Direito Comercial, sob orientação do
Professor Dr. Newton Silveira.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO – SP
2019**

Catálogo na Publicação
Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Soler, Fernanda Galera

A exploração comercial dos direitos conexos do ator /
Fernanda Galera Soler. -- São Paulo, 2019.

235 p. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São
Paulo, 2019.

Orientador: Newton Silveira.

FERNANDA GALERA SOLER

A Exploração Comercial dos Direitos Conexos Do Ator:
um estudo sobre a possibilidade de cessão destes direitos na obra audiovisual

Andamento da Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Direito
Comercial da Universidade de São Paulo –
Largo do São Francisco, como requisito
parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Newton
Silveira

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Newton Silveira

Instituição: FDUSP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento: _____

Assinatura: _____

**SÃO PAULO – SP
2019**

Dedico a presente exposição a todos aqueles que assim como eu não se julgavam capazes de estar onde estão, ou que foram por vezes subjugados por sua idade, aparência, opiniões, família, dinheiro, nome, fama, prestígio, *status* social ou, simplesmente, por serem quem são.

AGRADECIMENTOS

Não sabendo como agradecer o apoio de todos que colaboraram ao longo desses três anos na elaboração da presente dissertação, tentarei não me alongar e citarei apenas aqueles que o nome vem à memória com mais facilidade.

Primeiramente ao meu orientador Professor Newton Silveira, por todas as broncas, questionamentos, auxílio, apoio, mas, principalmente, por acreditar em uma menininha de cabelo roxo que não é tão acadêmica e que, aparentemente, não “tinha o perfil” do Largo do São Francisco (USP).

Aos professores que lecionaram as inúmeras disciplinas que cursei ao longo do mestrado, ainda que eu não os cite especificamente, gostaria que soubessem que a cada aula cada um dos Drs. contribuiu não apenas para este trabalho, mas para o meu crescimento pessoal e profissional. Um agradecimento especial ao Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, que me aceitou excepcionalmente em sua monitoria e que, ao longo desses anos, acompanhou diretamente o meu desenvolvimento.

Também agradeço em especial a todos os meus colegas da FGV, universidade que me ajudou a focar e entender o que é ser uma docente, a importância da docência e como conciliar ela com a minha realidade, meu perfil e prática de mercado. Em especial, eu preciso agradecer aos professores do curso de pós-graduação *lato sensu* da turma 4, de Propriedade Intelectual e Novos Negócios, pelo prazer incomensurável que foi estar com eles e aprender, bem como pela paciência de todos, pela abertura de diálogo e possibilidade de expressão. Além do enorme conhecimento compartilhado comigo sem os quais não conseguiria ser quem eu sou hoje.

Como não poderia deixar de ser, um agradecimento aos meus colegas de trabalho, estagiários, chefes que tiveram a paciência e auxiliaram-me nesse caminho, seja questionando, seja orientando, seja enviando materiais ou mesmo ouvindo-me reclamar, choramingar ou mesmo consolando-me em momentos de distração e ansiedade. Esses colegas de profissão foram importantes para que eu pudesse expor o meu conhecimento acerca do quando debatido nessa área, mas principalmente sobre o tema desse trabalho.

É certo que eu ainda devo agradecer a todos aqueles que me auxiliaram rumo ao mestrado e na construção dos meus conhecimentos em propriedade

intelectual. Aqui preciso destacar o nome do Dr. Alberto Camelier e Dra. Sônia Delboux, por acreditarem nesta simples aluna de pós-graduação *lato sensu*, hoje especialista, e incentivarem a entrada nesse programa de mestrado.

Por fim, mas não por isso menos importante, preciso agradecer aqueles que sempre estiveram ao meu lado, a cada dia e trajetória e acompanharam o desenvolvimento dessa que vos fala, agradeço aos meus familiares, amigos, amores, conhecidos e todos aqueles que compartilharem comigo a minha história, mas, principalmente, por aguentarem as inúmeras adversidades e minhas variações de humor durante este período, causadas por uma alma hiperativa, ansiosa, cheia de energia, impetuosa e que quer mudar o mundo.

*“A todos os artistas
A vida é a miniatura do teatro.
Ele a aumenta, a embeleza, a sublima.
A vida cria conflito, o teatro o resolve;
e nessa solução a vida tem aumentado seu patrimônio moral.
A vida esta cheia de Cyranos, Hamlets e Otelos mas,
só depois da arte os haver mostrado,
é que o mundo começou a reparar neles.”*

Procópio Ferreira

RESUMO

Quando se inicia o estudo dos direitos conexos ao de autor é possível notar que estes direitos se distanciam dos direitos de autor em si, frente a amplitude de aplicação de seus direitos morais e/ou patrimoniais, há quem diga que até mesmo sua natureza é distinta. A fim de entender a real forma de proteção de tais direitos e verificar as possibilidades de exploração comercial dos direitos conexos, propõe-se o presente. Não há a intenção aqui de esgotar o tema e, tampouco, de contrariar a doutrina majoritária, mas apenas reanalisar a possibilidade de livre exploração das obras em que existem tais direitos, ora debater se é possível ocorrer à cessão dos direitos conexos ao de autor. Frente à amplitude de titulares de direitos conexos ao de autor e de obras que os mesmos podem estar inseridos, propõe-se uma análise a questão da reexibição das obras audiovisuais, frente aos direitos conexos ao de autor dos atores, de forma a se entender se é possível por meio de um contrato realizar a cessão dos direitos conexos ao de autor para as emissoras de radiodifusão e/ou produtoras audiovisuais. De forma que a posterior reexibição e/ou retransmissão destes conteúdos possa ocorrer, sem que seja necessário realizar qualquer novo pagamento, além daqueles já especificados e realizados no momento da formalização da cessão de tais direitos.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual; Direitos Autorais; Direito Conexos ao de Autor; Direitos Vizinhos ao de Autor; Cessão de Direitos.

SOLER, Fernanda Galera. A Exploração Comercial dos Direitos Conexos do Ator – Um Estudo sobre a Possibilidade de Cessão destes Direitos na Obra Audiovisual. São Paulo, janeiro de 2019. 243 páginas. Mestrado em Direito Comercial. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, janeiro de 2019.

ABSTRACT

When you begin the study of related rights, it is possible to note that these rights are distinct from the copyright (author's right), given the breadth of application of their moral and / or patrimonial rights, some say that even their nature is different. In order to understand the real form of protection of such rights and to verify the possibilities of commercial exploitation of related rights, the present one is proposed. There is no intention here of exhausting the theme, nor of countering the majority doctrine, but only of re-examining the possibility of free exploitation of the works in which such rights exist and discuss whether it is possible to assign related rights or not. In view of the wide range of related rights owners and of works that may include these rights, it is proposed to analyze the issue of the rebroadcasting of audiovisual works, as opposed to performer's related rights, in order to understand whether it is possible by an agreement to assign related rights to broadcasters and / or audiovisual producers. Consequently, the subsequent rebroadcasting and / or retransmission of these contents can occur, without any new and/ or additional payment, in addition to those already specified and made at the time of formalization of the assignment of such rights.

Key words: Intellectual Property; Copyright; Related Rights; Neighboring Rights; Assignment.

SOLER, Fernanda Galera. The commercial exploitation of performer's related rights – A study of the possibility of assignment of these related rights in an audiovisual content. São Paulo, January 2019. 243 pages. Master's degree in Commercial Law. Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, January 2019.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAMUS – Associação Brasileira de Música e Artes;
ABTA – Associação Brasileira de Televisão por Assinatura;
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica;
CC – Código Civil;
CF – Constituição Federal;
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho;
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
CPC – Código de Processo Civil;
CUP – Convenção da União de Paris
DBCA – Diretores Brasileiros de Cinema e do Audiovisual;
EUA – Estados Unidos da América;
FDUSP – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo;
FGV – Fundação Getúlio Vargas;
IN – Instrução Normativa;
LDA – Lei de Direitos Autorais – Lei 9.610 de 1998;
LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - Decreto-Lei nº 4.657 de 1942;
LPI – Lei de Propriedade Industrial – Lei 9.279 de 1998;
MINC – Ministério da Cultura;
MP – Ministério Público;
MT – Ministério do Trabalho e Emprego;
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio;
OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual (em inglês);
ONU – Organização das Nações Unidas;
PI – Propriedade Intelectual;
RIAA – Recording Industry Association of America;
SATED – Sindicato Artistas Técnicos em Espetáculos Diversões;
SINAPREM – Sindicato Nacional de Agenciamento e de Produtores de Espetáculos Musicais e Similares;
STF – Supremo Tribunal Federal;

STJ – Superior Tribunal de Justiça;

TJSP – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

TRIPS – Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (em português Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio);

UE – União Europeia;

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (antigo país socialista);

USP – Universidade de São Paulo;

WIPO - World Intellectual Property Organization (em português OMPI);

WPPT - WIPO Performances and Phonograms Treaty (em português Tratado da OMPI sobre Interpretação ou Execução de Fonogramas).

SUMÁRIO

Introdução;	15
1 – História dos direitos de autor e dos que lhe são conexos;	23
2 – Conceituação moderna;	39
3 – Natureza jurídica;	47
4 – Previsão legal vigente no Brasil;	57
4.1 – Proteção internacional;	58
4.1.1 – Convenção de Berna;	59
4.1.2 – Convenção de Roma - Convenção Internacional para Proteção aos Artistas, Intérpretes ou Executantes, aos Produtores de Fonogramas e aos Organismos de Radiodifusão;	61
4.1.3 – TRIPS;	65
4.1.4 – Tratado da OMPI sobre Direitos de Autor	68
4.1.5 – Convenções específicas:	70
4.1.5.1 – Convenção dos Fonogramas (<i>Convention for the Protection of Producers of Phonograms Against Unauthorized Duplication of Their Phonograms</i>);	71
4.1.5.2 – Tratado da OMPI sobre Interpretação ou Execução de Fonogramas (WIPO Performances and Phonograms Treaty - WPPT);	72
4.2 – Proteção nacional;	75
4.2.1 – Constituição Federal;	75
4.2.2 – Lei 9.610/98;	77
4.2.3 – Lei 6.533/78;	84
4.2.3.1 – Decreto nº 82.385, de 5 de outubro de 1978, que Regulamenta a Lei nº 6.533, de 24/05/1978	94
4.2.4 – Demais previsões específicas;	96
4.2.4.1 – Lei 6.615/78;	97
4.2.4.2 – Convenções Coletivas do SATED	100
4.2.4.2.1 – Rio de Janeiro	101
5 – Dicotomia aparente legislativa;	103
5.1. – Validade da previsão legal existente;	103

5.2. – Eficiência da previsão legal existente;	107
5.3. – Função social à luz dos direitos autorais;	111
6 – Entendimento dos tribunais;	115
6.1 – STF - Representação 1.031-7 de 1990;	116
6.2 – TJSP - Sidney Carlos Lilla x “Emissoras de Televisão”;	118
6.3 – TJSP - 0014827-53.2013.8.26.0004 - Fredy Allan Galembeck x Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas;	120
6.4 – STJ - Resp nº 152.231 SP – Gualberto Mattucci x Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas;	122
6.5 – Rumos da jurisprudência;	123
7 – Futurologia;	125
7.1 – Gestão coletiva dos direitos conexos;	125
7.1.1 – Gestão coletiva de direitos no Brasil	128
7.1.2 – Projeto de gestão coletiva para as obras audiovisuais ...	133
7.2 – Modalidades de solução relativas ao texto legal;	135
7.2.1 – Silêncio legal;	136
7.2.2 – Revogação;	136
7.2.3 – Mudança legislativa;	138
7.3 – Direitos conexos na Era Digital;	138
8 – A doutrina internacional;	142
8.1 – Reino Unido;	142
8.2 – EUA;	144
8.3 – União Europeia (UE);	146
8.4 – Argentina;	152
9 – Outros Esclarecimentos;	155
9.1 – Convenção Universal sobre Direito de Autor	155
9.2 – Convenção Interamericana sobre os Direitos de Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas	156
9.3 – Convenção dos Satélites (<i>Convention Relating to the Distribution of Programme-Carrying Signals Transmitted by Satellite</i>);	157
9.4 – Tratado de Beijing sobre as Interpretações e Execuções Audiovisuais;	158
10 – Conclusão	161

Referências Bibliográficas.....	164
Anexos	I
I – Inteiro Teor dos Julgados Analisados no Capítulo 6	I
II – Organograma Da Proteção Dos Direitos Conexos No Brasil.....	XLV
III – Resultados Obtidos Pela Pesquisa de Mercado.....	XLVII

INTRODUÇÃO

O presente estudo enquadra-se no campo do Direito Privado, inserido no estudo da Propriedade Intelectual e, especificamente, dentro dos Direitos Autorais, aqui entendidos em sentido amplo¹, em especial ao seu viés dentro da reconhecida, por parte da doutrina², como uma nova área do Direito, Direito do Entretenimento.

Por meio de estudos teóricos e comparação com a realidade prática e profissional, foi possível depreender a necessidade de uma nova perspectiva jurídica sobre os direitos conexos aos de autor, à luz dos avanços tecnológicos contemporâneos, da praticidade e aplicabilidade da legislação pátria à situação concreta, qual seja a livre circulação das obras intelectuais e do devido respeito aos direitos de cada um dos titulares de criações intelectuais.

Considerando o tipo de direito, o qual será o foco do objeto deste trabalho, faz-se necessário lembrar que existem três titulares distintos de direitos conexos – artista, intérprete ou executante, produtor de fonograma e emissoras de radiodifusão – conforme estudo usual da doutrina. Tais titulares podem ainda estar inseridos em mais de um tipo de obra intelectual, podendo se situar em ao menos três, das usuais e mais estudadas, quais sejam: a obra musical, a audiovisual e a teatral.

Outrossim, diante das variações e derivações de tais direitos, uma análise ampla corresponde ao escopo de uma doutrina, tal qual realizou o precursor no estudo dos direitos autorais Antonio Chaves, que produziu uma das únicas obras a versar longamente e exclusivamente sobre direitos conexos, e nos ensina que tais direitos:

“São, em primeiro lugar, os direitos dos artistas de interpretação ou dramática (em termo amplos), como elaboradores já não, evidentemente, de obras originárias (as literárias e as musicais que executam), mas de obras “conexas”, isto é, que criam a partir daquelas preexistentes, adquirindo, quando meritoriamente desempenhadas, sua própria individualidade, como obras interpretadas, através de execuções “ao vivo” ou mediante gravações sonoras.

Dão, assim, vida e cor a elaborações que de outra forma não sairiam do papel, inacessíveis ao grande público, exercendo função decisiva para que o compositor seja compreendido e divulgado, aquém e além das

¹ Para os fins deste trabalho, direitos autorais são aqueles referentes aos direitos de autor e os direitos conexos ao de autor, conforme é trazido pelo próprio art. 1º, da LDA e em grande parte da legislação de forma genérica direitos autorais significam ambos, sendo concedido um sentido extensivo à expressão.

² Conforme ensina Jon M Garon em sua obra “Entertainment Law and Practice” (GARON, 2005).

fronteiras de seu país, e oferecem, assim, similitudes e compatibilidades com o direito de autor, a tal ponto que, vencidas as resistências iniciais, a lei não mais hesita em protegê-las em sentido análogo”

(CHAVES, 1999, p.22)

No âmbito desse trabalho, para a sua melhor delimitação e definição recortes foram necessários. Assim, como foco de estudo de obra que contenha os direitos supracitado, foi escolhida a obra audiovisual, tendo em vista a amplitude de direitos autorais existentes na mesma, bem como, pelo fato deste tipo de criação ser uma das mais exploradas pelos meios de comunicação contemporâneos, em razão da sua dinamicidade e exploração pelas mais variadas plataformas. Ademais, são também chamadas de janelas de exibição, além de ser objeto de transformação diária pelas mais diversas mídias e veículos de comunicação que buscam a cada dia novas formas de interação com o público expectador.

Ora, na Sociedade da Informação, a cada dia surge um novo modelo de negócio e uma nova maneira de se explorar as obras audiovisuais, que por sua própria natureza e atualidade também são umas das mais estudadas nos novos trabalhos jurídicos³.

Por sua vez, ainda que nestas obras possam existir inúmeros direitos conexos ao de autor e as questões acerca dos intérpretes, aqui entendidos em sentido amplo, e também dos próprio produtores de fonogramas (temas os quais já foram em parte debatidas pela doutrina, em especial por seus precursores os doutrinadores Antonio Chaves e Walter Moraes) resta ainda analisar se tais tópicos estão pacificados e alinhados com a legislação pátria vigente e com os novos desígnios sociais, os quais foram modificados significativamente com a popularização do acesso à Internet, nos anos 2000.

A partir da revisão bibliográfica e os delineares do estudo, evidenciou-se a necessidade do recorte em determinado tipo de criação intelectual, com o intuito de delimitar quais os direitos conexos ao de autor seriam analisados, no caso, somente o dos artistas ou intérpretes, e também quais seriam as utilizações do objeto do

³ Neste ponto temos que lembrar dos inúmeros estudos realizados sobre a obra audiovisual, conforme ensina Antonio Carlos Morato em suas publicações e palestras, em especial quanto a possibilidade de exploração das obras audiovisuais (MORATO, 2007), a sua inserção no ambiente digital, em especial quando falamos da Sociedade da Informação (MORATO, 2016), ao que poderíamos citar as questões levantadas por Guilherme Carboni, a título exemplificativo (CARBONI, 2010).

Ademais, atualmente até mesmo a disciplina de graduação da FDUSP tem como título “Direito de Autor na Sociedade da Comunicação”.

presente estudo, qual seja a hipótese de reexibições (nova exibição de uma mesma obra audiovisual).

Dessa feita, para melhor detalhar o tema, temos que primeiro focar nos direitos de natureza pessoal dos intérpretes, os quais estamos em linha com o que ensina Edy Campos Silveira, tratar-se do:

“artista que imprime à realização da obra artística a sua concepção pessoal da interpretação esboçada pelo autor ou compositor, imprimindo-a de conformidade com os aspectos particulares de sua personalidade artística, e executante é o artista que, embora não deixe de dar à execução uma certa parcela interpretativa que não pode ser dispensada, está sujeito à interpretação pessoal de outrem, como ocorre na orquestra sinfônica, por exemplo, em que, não obstante serem músicos da orquestra, na generalidade, verdadeiros mestres, estão sujeitos ao comando do regente.”

(SILVEIRA, 1980 *apud* Chaves, 1999, p. 43)

Ocorre que em uma obra audiovisual podem existir inúmeros tipos de intérpretes, existindo, para fins deste trabalho, o destaque ao ator, posto que é esse titular que mais aparece na obra e que retrata o roteiro e os demais elementos da criação audiovisual. No presente estudo, ainda que sejam citados outros titulares de direitos conexos, o cerne será a atuação do ator, visto que esse

“via de regra, um intérprete, no sentido em que define interpretação: a execução do seu papel é atividade ordinariamente pessoal; e o desempenho não se dissocia da individualidade artística do ator, mesmo sob rigorosa direção.”

(CHAVES, 1999, p. 92)

Dessa feita, cabe ainda questionar se tais apontamentos e as problemáticas existentes quanto aos artistas/ intérpretes em sua atuação em uma obra audiovisual estão de fato refletindo a realidade do mercado na Era Digital, bem como se as práticas apontadas pela doutrina e jurisprudência são aplicáveis pelo mercado como um todo e refletem os princípios que norteiam a matéria e a Sociedade da Informação.

Delineado o contexto de análise, passamos ao problema central da presente exposição em si. Após mais de 20 anos da entrada em vigor da Lei 9.610 de 1998, atual de Lei de Direitos Autorais (LDA), e mais de 40 anos da Lei 6.533 de 1978, que regulamenta as profissões de artista e de técnico em espetáculos de diversões, discute-se a possível inconsistência legal entre tais textos legais, tendo em vista a redação do artigo 13, da última, que impossibilita a cessão dos direitos conexos ao de autor, ao contrário do que prevê a LDA e, por consequência, podendo criar uma insegurança jurídica no ordenamento jurídico pátrio e/ou obstaculizar a livre circulação da obra.

Por meio do amplo estudo de tais conteúdos, incluindo a parca jurisprudência pátria existente sobre o tema, foram realizados questionamentos acerca da real possibilidade de cessão de tais direitos, contrato típico e usual quando das relações que envolvem os direitos autorais em sentido amplo⁴, e das suas hipóteses, com o intuito de compreender o que está sendo efetivamente protegido e garantido aos titulares de direitos nos dias correntes, de modo a equilibrar os diversos direitos envolvidos fixados em uma mesma obra audiovisuais.

Dada à amplitude da questão, o estudo realizado focou na exploração da obra audiovisual frente aos direitos conexos dos artistas/intérpretes, propondo um novo olhar sob a possibilidade de cessão de tais direitos, com um viés patrimonial/comercial, tratando-se da efetividade, aplicabilidade e viabilidade do pagamento aos artistas/intérpretes (titulares de tais direitos) por cada nova exibição/reexibição da obra audiovisual.

Entendida a questão central, ainda existem alguns pontos tangenciais e prementes acerca do tema, que serão abordados no presente estudo de maneira mais ampla e ao longo dos capítulos quando da análise da possibilidade de cessão dos direitos conexos ao de autor do ator.

Para tanto, a título de exemplo pode-se citar as seguintes questões: os artistas/intérpretes estão efetivamente protegidos pela legislação vigente? As normas são eficazes no sentido de garantir justa remuneração por suas criações ou apenas existe um direito conexo ao de autor que necessita de reformulação, visto que desencaixado da realidade hoje vivida? A realidade prática reproduz o texto legal? Há o amplo entendimento do que é protegido e do que pode ou não ser cedido? A legislação vigente garante a ampla difusão e exploração da obra audiovisual? As obras audiovisuais e os direitos conexos cumprem a sua função

⁴ “O ‘contrato de cessão de direitos autorais’ é típico, no direito brasileiro, representando, a cessão, um autônomo negócio jurídico, gerador de direitos e obrigações patrimoniais específicos do Direito Autoral, em que se opera a substituição subjetiva do titular de tais direitos. Sabe-se que, no sistema geral do Direito das Obrigações, a cessão não é, em si mesma, um negócio jurídico. Ela apenas constitui um indicador de certo modo de cumprir determinadas obrigações. Assim, quem se obriga a vender, quando cumpre essa obrigação, cede ao comprador o direito de propriedade, quase sempre transmitindo simultaneamente a posse da coisa vendida. É por isso que Gondin Netto, em monografia à qual ele mesmo se refere em parecer publicado na RT 274/63, disse que ‘a cessão não é um ato constitutivo da obrigação, mas um ato de disposição, pelo qual se dá cumprimento a uma obrigação de transferir para outrem um direito de nosso patrimônio, um crédito, um objeto incorporado...’. Pode-se, portanto, afirmar que a cessão é um negócio causal, no direito comum, de modo que, em tal regime, sempre haverá de existir uma causa a priori, que está logicamente situada antes, e que é determinante do ato de ceder.” (MANSO, 1989, p. 21-22)

social? As modificações e proposições legislativas e doutrinárias pretendidas conseguem cumprir o seu fim?

Diante desse panorama, visamos compreender o que ocasionou a ausência de alinhamento quanto ao que é e quais são os direitos conexos ao de autor, em especial sobre o viés patrimonial, em diferentes aspectos, a saber: (i) evitar uma insegurança jurídica e a inexistência de qualquer proteção dos direitos as criações intelectuais; (ii) efetivar a livre circulação das obras audiovisuais; (ii) evitar tratamentos desiguais e desconexos entre seus titulares; e, (iv) principalmente, sua aplicabilidade, inseridos na realidade contemporânea, uma vez que os meio de comunicação se modernizaram e as normas vigentes por vezes não previam o avanço tecnológico alcançado e, tampouco, conhecem as novas mídias em que as obras são exploradas.

A questão da contemporaneidade se justifica em meio à atual Sociedade da Informação, posto que estamos diante de uma mudança de interesses, práticas e até frente a um dilema de transitoriedade, tema o qual foi longamente abordado por Zygmunt Bauman em suas reflexões sobre a liquidez do mundo⁵ e que se reflete a realidade das obras audiovisuais frente ao ambiente digital, que diariamente são criadas, se renovam e se tornam obsoletas, frente aos consumidores e o mercado.

Para tanto, o presente estudo é baseado na revisão bibliográfica da literatura de referência, como artigos, teses e livros, a partir dos seguintes descritores: Direitos Autorais; Direito Conexos ao de Autor; Direitos Vizinhos ao de Autor; Cessão de Direitos Autorais; Cessão de Direitos Conexos ao de Autor; Gestão Coletiva; Exploração das Obras Audiovisuais; Cessão de Direitos Obras Audiovisuais.

Outrossim, também foram analisados dados recolhidos por meio dos normativos sobre o tema, os julgados, ainda que escassos; o acesso à documentos obtidos por meio da realização de atividades profissionais, tal qual contratos que

⁵ “A nossa é uma sociedade de consumidores, em que a cultura, em comum com o resto do mundo por eles vivenciado, se manifesta como arsenal de artigos destinados ao consumo, todos competindo pela atenção, insustentavelmente passageira e distraída, dos potenciais clientes, todos tentando prender essa atenção por um período maior que a duração de uma piscadela. Como já observamos, ela afasta todos os rígidos padrões e exigências, aceita todos os gostos com imparcialidade e sem uma preferência unívoca, com “flexibilidade” de predições (o termo politicamente correto com ah hoje se designa a falta de coragem), com impermanência e inconsequência da escolha. Essa é a marca da estratégia recomendada como mais sensata e mais correta.” (BAUMAN, 2013, p. 18)

versem sobre o tema; e, ainda, por meio da realização de uma pesquisa de mercado, com o intuito de entender a real aplicabilidade da questão central do presente estudo, qual seja a possibilidade de cessão dos direitos conexos ao de autor.

Dessa feita, a organização ora proposta está baseada nas sugestões elaboradas por Edmond Picard, ao explicar sobre a forma de estudar o Direito para que exista um melhor entendimento:

"Parece-me que, no Direito, como em qualquer outra vasta materia a considerar scientificamente, indicam-se três aspectos: a parte theorica, - a parte historica, - e a parte pratica, esta ultima entendida como representando o estado actual da evolução juridica. São as pontas das linhas de que saem as subdivisões e as ramificações para compôr a rede total e conduzir aos extramos."

(PICARD, 1954, p. 366)

Nesse sentido, esse estudo inicia com o levantamento histórico da proteção dos direitos conexos ao de autor, a fim de resgatarmos a necessidade e a motivação para a proteção dos artistas ou intérpretes e percebendo a transformação deste instituto ao longo das décadas e sua funcionalidade atualmente.

A qual é seguida pelo entendimento da sua atual conceituação, em que é possível melhor delimitar o tema e sanar quaisquer dúvidas acerca do quais seriam tais direitos e do que pode ser protegido por tal instituto.

Como não poderia deixar de ser, ainda faz-se necessário o entendimento da natureza jurídica dos direitos conexos, posto que o entendimento do que são esses direitos e os seus limites somente pode ser obtido por meio de um estudo pormenorizado a respeito da sua existência e contextualização. Tais estudos indicam se é possível ou não a cessão de tais direitos, dado que essa possibilidade liga-se intimamente a sua natureza.

A partir de tais entendimentos, seguimos a analisar todo o ordenamento jurídico vigente sobre do tema no Brasil, por meio da revisão da legislação internacional e da pátria. A última é central no presente trabalho, visto que é nela que será analisado se existe ou não alguma insegurança jurídica e o que pode ser realizado pelo titular de direitos conexos ao de autor.

Vislumbradas as antinomias das normas vigentes, faz-se necessário apurar se elas realmente existem ou são aparentes. Para tanto, o estudo deverá perpassar as questões de validade das normas e a sua eficiência, a qual é possível analisar

por meio da pesquisa realizada e dos documentos, ainda que confidenciais, levantados e, por fim, a questão da função social dos direitos conexos ao de autor.

Já com algumas hipóteses de solução e do contexto global do problema, foi realizada uma análise acerca do entendimento dos tribunais, o qual devido a informalidade da área é pequeno. Para fins do presente estudo foi direcionado aos casos mais relevantes e interligados a questão ora analisada, julgados pelos tribunais superiores e pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e o do Rio de Janeiro, posto que são os estados que reúnem as principais atividades culturais do país e onde estão sediadas os principais *players* do mercado, em especial as mais relevantes emissoras de radiodifusão.

Sabendo-se que a jurisprudência nem sempre poderá sanar todas as dúvidas existentes acerca de um tema é que com um título mais distinto, “futurologia” inicia-se a análise sobre as formas e hipóteses de solução do problema. Para tanto, há o destaque da gestão coletiva de direitos, que apesar de existente no país, ainda é incipiente quando da proteção das obras audiovisuais, das hipóteses de mudança do texto legislativo e, ainda, do debate acerca do ambiente digital, que culminou com novas reflexões e desafios acerca do tema e do problema em estudo.

Sabendo-se que as fontes do Direito pátrio também passam por doutrinas estrangeiras e que os patamares básicos de proteção foram principalmente extraídos do modelo dos países europeus, é que de forma complementar foi necessário entender o contexto de proteção dos direitos conexos ao de autor nos Estados selecionados por sua relevância, seja como fonte do Direito Autoral, como um dos maiores produtores de conteúdo do mundo, pela similitude de sistemas ou se há na doutrina externa alguma previsão similar à pátria, quanto a vedação de cessão de tais direitos. Temos assim, a análise da forma de proteção da União Europeia, do Reino Unido, dos EUA e da Argentina.

Por fim, de modo a fornecer um espectro documental mais amplo, foi realizada a inclusão de referências de alguns tratados internacionais que versam sobre o tema em estudo, ainda que alguns deles não tenham sido objeto de assinatura e ratificação pelo Brasil.

Frente a todo esse cenário, em especial entendida a questão acerca da possibilidade de cessão ou não dos direitos conexos de autor do ator participante

de uma obra audiovisual e as suas hipóteses de solução, em que pese não ser possível trazer uma resposta unitária quanto ao entendimento doutrinário sobre a possibilidade de cessão ou não destes direitos e os entendimentos expressos pelas mais variadas fontes do direito, apresentamos uma conclusão que reúne e consolida as perspectivas apontadas longo do desenvolvimento do presente estudo.

foram signatários de seus termos, dos quais não se inclui o Brasil, até a presente data. Como a própria redação do tratado exige a assinatura e ratificação por um número maior de nações para esse tratado tenha validade, até o momento, não é possível, ainda, a aplicação e a execução das “inovadoras” previsões nele trazidas (OMPI, 2012).

Cabe ressaltar que a Convenção de Beijing deixa a cargo de cada um de seus países-membros a definição acerca da possibilidade ou não de cessão dos direitos conexos ao de autor por pessoas jurídicas que explorem as obras protegidas por direitos autorais. Referida previsão, caso a convenção fosse ratificada pelo Brasil e estivesse em vigor, teria condão de auxiliar na resolução do problema ora combatido, posto que o artigo 12 desse tratado informa que o artista, intérprete ou executante pode fazer jus a uma remuneração equitativa pelo uso de sua interpretação (OMPI, 2012), sendo necessário apenas apurar a forma e se por meio de um novo pagamento a cada exploração da obra.

10. CONCLUSÃO

Considerando todo exposto e o quanto analisado nas mais variadas fontes do Direito brasileiro acredita-se que é possível a cessão dos direitos conexos ao de autor, frente ao cenário internacional, posto que não existe qualquer vedação nesse sentido a qual foi incorporada pelo legislador pátrio.

Isso porquê há uma preocupação do internacionalista de criar normas que se adequem aos mais variados níveis de proteção e que garantam a ampla possibilidade de acesso às criações intelectuais, não sendo possível vedar de qualquer forma a ampla exploração de um exclusivo legal.

Em análise ao sistema pátrio, o cenário deveria repetir-se, ainda que em princípio, conforme amplamente debatido e demonstrado pelo histórico de tais direitos no Brasil e os interesses dos juristas nacionais, restando como única questão a ser levantada a possibilidade ou não de cessão dos direitos conexos ao de autor aquela existente na Lei nº 6.533 de 1978.

Aparentemente, tal previsão está em descompasso com a prática que é realizada na televisão fechada brasileira e com o que é praticado na maior parte dos mercados/janelas nacionais e internacionais de obras audiovisuais. Sendo que sua aplicabilidade parece somente ocorrer junto aos canais de televisão aberta, algo como um direito quase que exclusivo de tal mercado nacional.

Pelo quanto analisado, com base inclusive com a prática de mercado, a impossibilidade de cessão de direito conexos ao de autor do art. 13 da referida lei, está restrita aos contratos de trabalho pela natureza trabalhista de tal norma. Ainda assim, parte da doutrina questiona esse posicionamento e algumas emissoras de televisão por enfrentarem questionamentos frente a essa impossibilidade, inclusive alguns judicializados, também apliquem, em parte de seus contratos, previsões contratuais sem considerar a possibilidade de cessão de tais direitos.

Pensando nos direitos conexos ao de autor de uma forma sistêmica, com base em todas as normas, inclusive em atenção ao texto da LDA, que permite a cessão; na própria função social dos direitos autorais e dos que lhe são conexos. Ainda diante das novas questões trazidas com a Sociedade da Informação, inclusive nos debates acerca da flexibilização dos direitos autorais no ambiente digital e a sua aplicabilidade na Internet, onde estão sendo repensados os seus conceitos originários, e em atenção a análise histórica, que mostra o movimento de

crescimento de proteção e agora de decréscimo, é que se acredita ser possível realizar a cessão de direitos conexos ao de autor, em que pese a existência e vigência do art. 13 da Lei nº 6.533/78.

Com base em tais entendimentos e exposições é que se propõe uma mudança legislativa, com a revogação do referido artigo, posto que ele está em descompasso com todo o ordenamento jurídico. Na hipótese de ser mantida a sua aplicabilidade, que essa seja definida e restrita ao tipo legal que detalhado, contratos de natureza trabalhista que estejam devidamente registrados no Ministério do Trabalho, tal qual exige referida lei e em linha com o que previsto nas leis dela derivadas, como a existente na Lei 6.615 de 1978.

Ademais, tanto pela pesquisa de mercado e quanto pela revisão teórica realizada é certo que o entendimento ora defendido não é uníssono na doutrina e a jurisprudência. Tampouco é pacífica ou está acolhendo amplamente essa concepção. Posto que, a possibilidade de cessão ainda não foi alvo de um amplo debate nos tribunais, como é possível notar que a doutrina atual também não analisou profundamente essas questões, salvo pelos estudos de Walter Moraes e Antonio Chaves mas sem vivenciarem as mudanças sociais trazidas pela LDA e a Sociedade da Informação²²⁷.

É certo também que a jurisprudência apresenta problemas maiores até chegarmos ao nível necessário de debate e questionamento para pacificar essa questão, seja na dificuldade de entendimento do que seriam os próprios direitos conexos ao de autor, seja pelos casos práticos que dificilmente são judicializados e, quando o são, apresentam contratos com cláusulas de cessão de direitos inócuas, que não contemplam o quanto previsto e/ou requerido pela lei para que se possa falar em uma verdadeira cessão de direitos²²⁸.

Não há que se olvidar o papel e a função do art. 13, da Lei 6.533/78, qual seja de tentar proteger os atores e os demais artistas objeto de referida lei, porém,

²²⁷ Em razão de sua idade e data de falecimento, tendo em vista que ambos os autores analisaram essa temática e escreveram antes do advento da Internet e de todas as suas alterações sociais, culturais e econômicas.

²²⁸ Considerando que tais instrumentos usualmente não preveem todas as possibilidades de utilização, não eram de todo específicos quanto a cessão de direitos, ou não apresentam todas as novas modalidades e/ou mídias em que uma obra pode ser explorada. Enfim, não permitiriam uma ampla utilização das interpretações e/ou da obra em que estão fixadas, não sendo configurada uma previsão que permitia um verdadeiro debate sobre a possibilidade de cessão dos direitos conexos ao de autor.

estamos diante de uma situação em que os usos e costumes não conseguiram ser alterados pela lei e a lei, tampouco, conseguiu reproduzir os anseios sociais, a refletir a realidade do mercado e/ou o interesse de seus *players*.

Nesse sentido, cumpre trazer uma reflexão final realizada por Ascensão acerca do ambiente digital, a qual pela sua universalidade pode ser aplicável para a presente questão:

“A evolução ainda está no início. O computador dar-nos-á processos digitais de levar a reprodução a níveis de velocidade, quantidade e perfeição máximos. Entre as peças reproduzidas estão obras protegidas. Mas nem a ameaça penal estancou a difusão do fenômeno. Não se estanca um oceano com uma declaração de princípios. Antes, é a realidade reprográfica, com o progresso que representa, que exige que seja globalmente repensado o direito de reprodução.”

(ASCENÇÃO, 2004, p. 239)

De tal sorte que, com o objetivo proposto cumprido, ainda que não resolvendo totalmente a questão, a qual depende de atuação de outros interessados e *players* do mercado atuarem, encerramos a presente exposição com uma gama de opções disponíveis, ainda que exista uma opinião expressa e fundamentada com soluções plausíveis.

Não é interesse desse trabalho retirar os direitos e/ou questionar os interesses dos atores, mas explicar e entender a prática do mercado audiovisual diante do texto legal do referido artigo e as demais normas aplicáveis ao sistema jurídico pátrio. Sendo certo que a presente exposição buscou apurar o que pode ser solucionado por meio de um estudo e pesquisa, como no caso de alinhar a legislação e a prática, sugerindo como o operador do direito deve posicionar-se acerca de uma situação como essa, com o fim único e exclusivo de melhorar o ecossistema normativo pátrio com o atual contexto histórico e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÃO, Eliane Yachouh. Direitos de autor e direitos conexos. São Paulo: Editora do Brasil, 2002.
- ANDRADE, Luiz Fernando Plastino. Interpretação e Integração dos Contratos de Direito de Autor: o papel das cláusulas gerais. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo. USP/SP, Dissertação de Mestrado Faculdade de Direito. Orientadora Silmara Juny Chinellato. Julho, 2014.
- ASCARELLI, Tullio. Teoria da Concorrência e dos Bens Imateriais. Ed. Espanhola, 1970.
- ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito Autoral. 2ª edição. Rio de Janeiro. Renovar, 1997.
- ASCENSÃO, José de Oliveira. O Futuro do “Direito Moral”. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Direito e Justiça), vol. XVIII, Tomo I, 2004, p. 41-63.
- ASCENSÃO, José de Oliveira; CORDEIRO, Pedro. Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. Coimbra Editora, 2004.
- ASCENSÃO, José de Oliveira. A recente lei brasileira dos direitos autorais comparada com os novos tratados da OMPI. Revista da ABPI. n. 42, p. 13–29, set./out., 1999.
- ASCENSÃO, José de Oliveira. Digitalização, preservação e acesso ao patrimônio cultural imaterial. In: Direito da Sociedade da Informação. V. IX. Coimbra: Coimbra, 2011.
- BARBOSA, Denis Borges. Propriedade Intelectual: Direitos autorais, Direitos Conexos e Software. Cadernos de Direito - IBMEC. Editora Lumen Juris, 2003.
- BARBOSA, Denis Borges. Direito de Autor: Questões Fundamentais de Direito de Autor. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2013.
- BAUMAN. Zygmunt. A Cultura no Mundo Líquido Moderno. 1ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar, 2013.
- BITTAR, Carlos Alberto. Direito de Autor. 4a edição. São Paulo: Forense Universitária, 2003.
- BITTAR, Carlos Alberto. Autonomia científica do direito de autor. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Vol. 84. 1994. São Paulo. Pgs. 87 a 98.
- BITTAR, Carlos Alberto. O Direito de Autor nos Meios Modernos de Comunicação. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 1989.
- BITTAR, Carlos Alberto. O ECAD e os direitos de Execução Pública. R. Inf. Legisl. Brasília, ano 18, nº 72, out/dez. 1981. Pg. 287 a 304.
- BÔAS, Regina Vera Villas e Svoboda, Anna Claudia. Notas Relevantes sobre o Direito do Autor, sua Aplicação Efetiva e a Função Social Exercida pelo Instituto. Disponível em < https://www.pucsp.br/tutelacoletiva/download/artigo-regina_e_anna.pdf > Acesso em 17 de dezembro de 2018.
- BRAUN, Michele e KIPPER, Ricardo. A Constitucionalização do Direito Privado como Pressuposto de Concretização da Função Social dos Direitos Autorais. XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. VII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos. Disponível em: < <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/download/11675/1506> > Acesso em 17 de dezembro de 2018.

- CABRAL, Plínio. Direito Autoral: Dúvidas e Controvérsias. 3a Edição Editora Rideel. São Paulo, 2009.
- CABRAL, Plínio. A Nova Lei de Direitos Autorais – Comentários. 4a Edição. Editora Harbra. São Paulo, 2003.
- CABRERA, Daniel de Lima. CONTRATOS SÃO A PRIMEIRA FRENTE DA CONSTRUÇÃO DO DIREITO DIGITAL NO BRASIL. Revista Consultor Jurídico. Datada de 18.06.2018. Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2018-jun-18/daniel-cabrera-contratos-sao-primeira-frente-direito-digital> > Acesso em 17 de dezembro de 2018.
- CARBONI, Guilherme Capinzaiki. A função social do direito de autor e sua regulamentação no Brasil. Tese de Doutorado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 245 pgs. São Paulo, 2005.
- CARBONI, Guilherme Capinzaiki. Aspectos Gerais da Teoria da Função Social do Direito de Autor. In PIMENTA, Eduardo Salles (Org.) Propriedade intelectual: estudos em homenagem ao Min. Carlos Fernando Mathias de Souza. 1ª. ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2009, p. 200-216.
- CARBONI, Guilherme. Direitos Autorais em Espaços Digitais. Slides desenvolvidos para a apresentação ao STF. Disponível em < <http://www.stf.jus.br/arquivo/sijed/08.pdf> > Acesso em 17/12/2018.
- CARBONI, Guilherme Capinzaiki. Direito autoral e autoria colaborativa na economia da informação em rede. Editora Quartier Latin. São Paulo, 2010.
- CHAVES, Antonio. Direitos Conexos. São Paulo. Editora LTR, 1999.
- CHAVES, Antonio. Proteção Internacional do Direito Autoral de Radiodifusão. Editora Max Limonad, 1952.
- CHAVES, Antonio. Direito de Autor. Princípios Fundamentais. São Paulo: Forense, 1987.
- CHAVES, Antonio. Cinema, TV, Publicidade Cinematográfica. São Paulo: Leud, 1987.
- CHAVES, Antonio. O apoio aos autores e artistas, intérpretes ou executantes nacionais no Brasil. Brasília. Revista de Informação Legislativa nº 64, pg. 249 a 294, out./dez. 1979.
- CHAVES, Antonio. O ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) mudou o panorama da cobrança do direito de autor no Brasil. Brasília. Revista de Informação Legislativa nº 72, pg. 267 a 286, out./dez. 1981.
- CHINELATTO, Silmara Juny de Abreu. Direito de autor e direitos da personalidade: reflexões à luz do código civil. Tese para o Concurso de Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- COSTA NETTO, José Carlos. Direito autoral no Brasil. 2a edição revisada, ampliada e atualizada. Editora FTD. São Paulo, 2008.
- COSTA NETTO, José Carlos. O Regime Jurídico da Proibição da Cessão de Direitos Autorais Decorrentes da Prestação de Serviços Profissionais. In Direitos Autorais. Estudos em Homenagem a Otávio Afonso dos Santos. Eduardo Salles Pimenta (coordenador). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. P. 160-77.

- COSTA NETTO, José Carlos. Os Direitos de Autor e os que lhe São Conexos sobre as Obras Intelectuais Criadas ou Interpretadas sob o Regime de Prestação de Serviços. R. Inf. Legisl. Brasília, ano 27, nº 107, jul/set. 1990. Pg. 195 a 202.
- COSTA NETTO, José Carlos. Noções gerais e medidas necessárias para a regular exibição pública de videofonogramas, com ou sem cobrança de ingresso. Revista de Informação Legislativa, v.27, n. 105, p. 237-244, jan./mar. 1990.
- SILVA, Guilherme Coutinho. Gestão Coletiva e Remuneração do Autor: novas perspectivas. Tese apresentada como requisito para a conclusão do Doutorado em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 229 pgs. São Paulo, outubro de 2018.
- ECAD. DIREITO AUTORAIS. Perguntas e Respostas. Tudo o Que Você Precisa Saber Sobre Direito Autoral, Por Que, Como e Quando Pagar. Abramus, Amar e outros. S.D.
- EBOLI, João Carlos de Camargo. Direitos Conexos. Revista CEJ, Brasília, nº 21, p. 31-35, abr./jun. 2003.
- EBOLI, João Carlos de Camargo. Direitos Conexos, São Paulo, Brasil, março, 2003. Disponível em < <http://www2.uol.com.br/direitoautoral/artigo190503.htm> > Acesso em 30 de dezembro de 2018.
- FORGIONI, Paula. A interpretação dos negócios comerciais no novo Código Civil Brasileiro. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro nº130, abril/junho de 2003.
- FRANCEZ, Andrea; NETO, José Carlos Costa; e D'ANTINO, Sérgio Fama. Direito do Entretenimento na Internet. Saraiva. São Paulo, 2014.
- FRANCEZ, Andrea; NETO, José Carlos Costa; e D'ANTINO, Sérgio Famá. Manual do Direito do Entretenimento: Guia de Produção Cultural. Edições SESC SP. São Paulo, 2009.
- GANDELMAN, Henrique. De Gutenberg à Internet: Direitos Autorais na Era Digital. Editora Record. São Paulo, 1997.
- GARCIA, Rodrigo Saraiva Porto. Um Estudo de Caso da Aplicação Autônoma do Princípio da Função Social do Contrato. Revista de Direito Privado. vol. 85/2018. p. 85 – 102. Jan / 2018.
- GARON, Jon M. Entertainment Law and Practice. Second Edition. Carolina Academic Press. Durham, North Carolina. USA, 2005.
- GUIMARÃES, Jorge Alfredo (organizador). Introdução ao Direito de Autor. Editora CBC. 2006.
- KAWOHL, F. (2008) 'Commentary on Josef Kohler's The Author's Right (1880)', in Primary Sources on Copyright (1450-1900), eds L. Bently & M. Kretschmer, www.copyrighthistory.org; Disponível em < http://www.copyrighthistory.org/cam/tools/request/showRecord?id=commentary_d_1880 > Acesso em 25/11/2018.
- KUNTZ, Karin Grau. Revista especial de propriedade industrial. Revista da EMARF. TRF2. 2ª Edição. Julho de 2001. Pg. 71 a 114.
- LEONARDI, Fernanda Stinchi Pascale. Voz E Direito Civil: Proteção Jurídica Da Voz - História, Evolução E Fundamentação Legal. Coleção Direito Autoral Contemporâneo. 1ª Edição, São Paulo, Editora Manole, 2013
- LIPSZYC, Delia. Nuevos temas de derecho de autor y derechos conexos. CERLALC, 2004.

- LIPSYC, Delia. Derecho de autor y derechos conexos. CERLALC. 2006.
- MACHADO. Mário Brockmann. Estado e Cultura no Brasil. In: Gláucia Villas Bôas e Marco Antonio Gonçalves, orgs., O Brasil na Virada do Século: o debate dos cientistas sociais. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995, p. 268-271. Disponível em < http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_MarioBrockmannMachado_Estado_cultura_Brasil.pdf >. Acesso em 14 de outubro de 2018.
- MANSO, Eduardo Vieira. Contratos de Direito Autoral. Editora Revista dos Tribunais, 1989.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho, São Paulo: Atlas, 2003.
- MASCARO, Alysson Leandro. Sobre Direito e Arte. In RODRIGUES, Otávio Luiz; MAMEDE, Gladston; FRANCA FILHO, Marcílio Toscano (Organizadores). Direito da Arte. Editora Atlas. São Paulo, 2014.
- MENEZES, Elisangela Dias. Curso de direito autoral. Del Rey Editora. Belo Horizonte, 2007.
- MICELI, Sérgio. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. Revista de administração de empresas, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 27-31, 1984.
- MORAES, Walter. Artistas, intérpretes e executantes. Editora Revista dos Tribunais, 1976.
- MORAES, Walter. Posição Sistemática do Direito dos Artistas Intérpretes e Executantes. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S/A. 1973, páginas 91/92.
- MORAES, Walter. Questões de Direito de Autor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977
- MORATO, Antonio Carlos. Limitações aos direitos autorais na obra audiovisual. Tese apresentada para concurso de livre docente junto ao Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 362 pgs. São Paulo, novembro de 2016.
- MORATO, Antonio Carlos. Direito de Autor em Obra Coletiva. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MORATO, Antonio Carlos. Direitos intelectuais e as convenções internacionais. In. Furriela, Manuel Nabais da; Paesani, Liliana Minardi. Direito para cursos jurídicos e não jurídicos. Editora Saraiva. São Paulo, 2010. Pgs. 197-216.
- MORATO. Antonio Carlos. Os direitos autorais na Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: a obra coletiva e a titularidade originária decorrente da organização da obra* R. Fac. Dir. Univ. São Paulo v. 109 p. 109 - 128 jan./dez. 2014.
- PAESANI, Liliana Minardi. Manual de Propriedade Intelectual: direito de autor, direito da propriedade industrial e direitos intelectuais sui generis. São Paulo: Atlas, 2012, p. 19.
- PEREIRA JUNIOR, Antonio Jorge; JABUR, Gilberto Haddad (coord.). Direito dos Contratos 2. Editora Quartier Latin. 2008.
- PEREIRA, Larissa Andrade Teixeira. Os direitos autorais no cenário internacional: regulamentação vigente e orientações político-econômicas. Disponível em <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.54974&seo=1%3E> > Acesso em 17 de dezembro de 2018.
- PEREIRA, Caio Mario da Silva - Instituições de Direito Civil - Volume I - Teoria Geral - Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- PICARD. Edmond. O direito puro. Biblioteca de filosofia científica. Lisboa, 1954.

- PIMENTA, Eduardo S. Direito Conexo da Empresa de Radiodifusão e Assuntos Correlatos. Editora Lejus, 1999. São Paulo. Pg. 27.
- PIMENTA, Eduardo Salles Pimenta e GARCIA, Rebeca Alves de Souza Garcia. Lei não prevê cessação de direitos autorais no contrato de trabalho intelectual. DE 30 de julho de 2017. Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2017-jul-30/nao-cessao-direitos-autorais-acordo-trabalho-intelectual> > Acesso em 01 de agosto de 2017.
- PIMENTA, Eduardo Salles (Coord.). Direitos autorais: estudos em homenagem a Otávio Afonso dos Santos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- POLIDO. Fabrício Bertini Pasquot. Direito Internacional da Propriedade Intelectual. Fundamentos, Princípios e Desafios. Editora Renovar. Rio de Janeiro, 2013.
- POLIDO. Fabrício; RODRIGUES JUNIOR, Edson Beas. Propriedade Intelectual: Novos paradigmas, conflitos e desafios. Rio de Janeiro. Editora Renovar. Rio de Janeiro, 2007.
- RAMOS, Jorge José Lopes Machado. Os artistas e os direitos da criação: um apartheid autoral? Brasília. Revista de Informação Legislativa nº 106, pg. 201 a 220, abr./jun. 1990.
- MARQUES, J. P. REMÉDIO. Propriedade Intelectual e interesse público. Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, Coimbra, v. 79, 2003.
- RIBEIRO, Adriano Claudio Pires. O direito de autor nos programas de televisão. Editora Memória Jurídica. São Paulo, 2006.
- ROMITA, Arion Sayão. Direitos Fundamentais nas Relações de Trabalho. 5ª Edição. Editora Lumen Juris, 2014. Rio de JANEIRO.
- SÁ. Martha Macruz de. Cessão de direitos conexos dos artistas intérpretes e executantes: permissão ou proibição? In. ABRÃO, Eliane Yachouh (organizadora). Propriedade Imaterial: Direitos Autorais, Propriedade Industrial e Bens da Personalidade. Editora Senac. São Paulo, 2006. Pg. 203 a 208.
- SANTOS, Samory. Normas de Direito Autoral Internacional. Datado de 27 de julho de 2017. Disponível em < <https://samorysantos.adv.br/pt/normas-de-direito-autoral-internacional/> > Acesso em 21 de dezembro de 2018.
- SCHRIBER, Anderson (Coordenador). Direito e mídia. Editora Atlas. São Paulo, 2013.
- SILVEIRA, Newton. Direito autoral - Princípios e Limitações. Revista de Direito Empresarial, v. 12, p. 11 - 22, 29 jan. 2010.
- SILVEIRA, Newton. Comentários à Nova Lei de Direito Autoral n. 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Revista da ABPI, Rio de Janeiro, p. 35 - 40.
- SILVEIRA, Newton. Direito de Autor no Design. Editora Saraiva, 2ª Edição. São Paulo, 2012.
- SILVEIRA, Newton. Os Direitos Autorais e as Novas Tecnologias da Informação Conforme a Lei no 9.610, de 1998. Revista de Direito Autoral, São Paulo, p. 3 - 18.
- SILVEIRA, Newton. Estudos e Pareceres de Propriedade Intelectual. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2008.
- SILVEIRA, Newton. Propriedade Intelectual: propriedade industrial, direito do autor, software, nome empresarial, abuso de patentes. 4ª Edição Barueri, SP: Manole, 2011.

- SILVEIRA, Newton. A questão da propriedade industrial. O Estado de São Paulo. 18 de novembro de 1997. São Paulo/SP. Disponível em < <http://www.silveiraadvogados.com.br/port/artigo-completo.asp?id=10> > Acesso em 13 de dezembro de 2018.
- SILVEIRA, Newton. Elementos imateriais do estabelecimento comercial. São Paulo, 22 de junho de 2019. Disponível em < <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI87145,31047-Elementos+imateriais+do+estabelecimento+comercial> > Acesso em 13 de julho de 2017.
- SUPLICY, Maria Fernanda Pallerosi. Direitos Conexos dos artistas: da contratação à execução. In. ABRÃO, Eliane Yachouh (organizadora). Propriedade Imaterial: Direitos Autorais, Propriedade Industrial e Bens da Personalidade. Editora Senac. São Paulo, 2006. Pg. 333 a 339.
- TORRI, Veronica. Gestão Coletiva de Direitos Autorais e a Defesa da Concorrência. Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2011.
- TREVISAN, Marco Antonio. Responsabilidade Civil Pós-Contratual. Revista de Direito Privado. São Paulo, nº 16/2003, Out/dez 2003. Pg. 259 a 278
- VASCONCELOS, Cláudio Lins de. Mídia e Propriedade Intelectual. A crônica de um modelo em transformação. Editora Lumen Juris, 2010.
- VETRONE, Amelia V. The Legal and Moral Rights of All Artists. Editora iUniverse, 2003.
- VIBES, Federico P.; DELUPÍ, Javier E.; ALESINA, Juan C.; CARBONE, Rolando D.. Derecho del Entretenimiento. Ad-Hoc Editora, 2006.
- VICENTE, Dário Moura. A tutela internacional da propriedade intelectual. Almedina, 2009.

ESTUDOS, EXPOSIÇÕES, PARECERES E NOTÍCIAS:

- ALMEIDA, Eduardo. Artistas criticam ECAD por exigências de permissão para tocar suas próprias músicas. **O Globo**. Rio de Janeiro, 14 de março de 2012. Seção Cultural. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/cultura/artistas-criticam-ecad-por-exigencia-de-permissao-para-tocar-suas-proprias-musicas-4298217> > Acesso em 17/12/2018.
- ANDRADE, Marco Venício Mororó de. Parecer 83/86. Processo 23003.000520/85-51. De 12 de março de 1986. Questionamento acerca das associações que controlam direitos conexos.
- BRASIL. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº 223, 6 de dezembro de 1997, Brasília, DF. P. 403998.
- COMISSÃO EUROPEIA. Remuneration of authors and performers for the use of their works and the fixations of their performances. Luxembourg, Publications Office of the European Union. 2015. Disponível em < http://publications.europa.eu/resource/ellar/c022cd3c-9a52-11e5-b3b7-01aa75ed71a1.0001.01/DOC_1 > Acesso em 13 de dezembro de 2018.
- FERNANDES, Leonardo. Gestão de direito autoral gera polêmica entre ECAD e músicos. **Correio Braziliense**. Brasília, 29 de setembro de 2015. Seção Diversão e Arte. Disponível em < https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2015/09/29/interna_diversao_arte,500444/gestao-de-direito-autoral-gera-polemica-entre-ecad-e-musicos.shtml > Acesso em 17/12/2018.

- FISHER, William. The Subject Matter of Copyright. Audiovisual Works. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=fNMuzM-C14c&feature=youtu.be> > Acesso em 18/03/2018.
- GRAMMY. The Recording Academy Declares: "We're Not Gonna Take It". EUA, 29 de julho de 2016. Disponível em < <https://www.grammy.com/grammys/news/recording-academy-declares-were-not-gonna-take-it> > Acesso em 13 de dezembro de 2018
- JESSEN, Henry. Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA). Parecer 02/84. Processo 23003.000334/84-3. 26 de setembro de 1984. Parecer acerca dos direitos autorais e conexos da vinheta "um bom programa".
- LAUTERJUNG (2018) < <http://telaviva.com.br/04/07/2018/diretores-autores-e-interpretes-demandam-autorizacao-para-que-entidades-possam-cobrar-e-distribuir-direitos-autorais/> > Acesso em 18/12/2018.
- Manifesto em Defesa dos Direitos Autorais e Conexos dos Criadores Brasileiros do Audiovisual. Junte-se a nós < <http://diretoresbrasil.org/manifesto-em-defesa-dos-direitos-autorais-e-conexos-dos-criadores-brasileiros-do-audiovisual-junte-se-a-nos/> >. Acesso em 18/12/2018.
- MARIA, Julio. Batalha entre músicos e ECAD tem novo round. **Estadão**. São Paulo, 13 de março de 2014. Seção Cultural. Disponível em < <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,batalha-entre-musicos-e-ecad-tem-novo-round,1140514.pdf> > Acesso em 17/12/2018.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Manifesto em Defesa dos Direitos Autorais e Conexos. S.D.. Disponível em < <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1197198/Manifesto+em+Defesa+dos+Direitos+Autorais+e+Conexos.pdf/407dcc31-d622-4922-8989-2ad0763b2a91> > Acesso em 18/12/2018.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Consulta Pública para Modernização da Lei do Direito Autoral, 2010. Lei Consolidada. Disponível em < <http://www2.cultura.gov.br/consultadireitoautoral/lei-961098-consolidada/> >. Acessado em 17 de julho de 2018.
- MORATO, Antonio Carlos. Novidade e Originalidade. 2018. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). DCV0522- Direito de Autor na Sociedade da Comunicação. São Paulo, 08 de agosto de 2018.
- OMPI. Adesão ao Sistema Internacional de Direitos Autorais: O que está em jogo?. 2017. Disponível em: < https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_flyer_crsystem.pdf > Acesso em 24 de dezembro de 2018.
- OMPI. Lo nuevo siempre en el punto de mira: David Bowie y la innovación financiera en el campo de la P.I. Ginebra, 13 de janeiro de 2016. Disponível em < https://www.wipo.int/pressroom/es/stories/bowie_ip_innovator.html > Acesso em 07 de dezembro de 2018.
- OMPI. Seminário Inter-Regional De Gestão Colectiva De Direitos De Autor E Direitos Conexos Para Países Africanos De Língua Oficial Portuguesa (PALOP). realizado no Rio de Janeiro, 17 –

- 20 de Agosto de 1999 e disponível em < https://www.wipo.int/mdocsarchives/OMPI_CCM_RIO_99/OMPI_CCM_RIO_99_9_P.pdf > Acesso em 17 de dezembro de 2018.
- OMPI. International Protection Of Copyright And Related Rights. s.d. . Disponível em < http://www.wipo.int/export/sites/www/copyright/en/activities/pdf/international_protection.pdf > Acesso em 28 de dezembro de 2018.
- PARLAMENTO EUROPEU. Parliament adopts its position on digital copyright rules. Bruxelas, 12 de setembro de 2018. Disponível em < <http://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20180906IPR12103/parliament-adopts-its-position-on-digital-copyright-rules> > Acesso em 13 de dezembro de 2018.
- PERON, Isadora. STF pode por fim à batalha entre músicos e ECAD. Exame. São Paulo, 28 de abril de 2016. Disponível em < <https://exame.abril.com.br/brasil/stf-julga-nesta-quinta-aco-es-que-podem-por-fim-a-batalha-entre-musicos-e-ecad/> > Acesso em 17/12/2018.
- Relatório de consolidação do processo de vista da sociedade civil aos requerimentos de habilitação de Entidades do Setor Audiovisual para cobrança de Direitos Autorais. Disponível em < <https://nuvem.cultura.gov.br/index.php/s/TnIVknnLX2DqyH0#pdfviewer> > Acesso em 18/12/2018.
- UNIÃO EUROPEIA, Objetivos e valores da UE. S.D.. Disponível em < https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-in-brief_pt#institui%C3%A7%C3%B5es-democr%C3%A1ticas-e-transparentes > Acesso em 28 de dezembro de 2018.

LEGISLAÇÃO BÁSICA CONSULTADA:

- ARGENTINA. PROPIEDAD INTELECTUAL. Decreto 1914/2006. Reconócese a la Sociedad Argentina de Gestión de Actores Intérpretes Asociación Civil (S.A.G.A.I.) la representación dentro del Territorio Nacional de los artistas argentinos y extranjeros, referidos a las categorías de actores y bailarines en todas sus variantes y a sus derecho-habientes para percibir y administrar las retribuciones previstas en el artículo 56 de la Ley N° 11.723, por la explotación, utilización, puesta a disposición interactiva o comunicación al público en cualquier forma, de sus interpretaciones fijadas en grabaciones u otros soportes audiovisuales. Disponível em < <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/120000-124999/123500/norma.htm> > Acesso em 24 de dezembro de 2018.
- ARGENTINA. LEY 11.723 - REGIMEN LEGAL DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL Disponível em < <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/40000-44999/42755/texact.htm> >. Acesso em 24 de dezembro de 2018.
- BRASIL. DECRETO-LEI N° 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09/09/1942. Seção 1, Página 1363. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm >. Acesso em 27 de dezembro de 2018.

BRASIL. Decreto do Conselho de Ministros nº 544, de 31 de Janeiro de 1962. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31/1/1962. Seção 1, Página 1288. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-544-31-janeiro-1962-355790-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em 30 de dezembro de 2018.

BRASIL. DECRETO Nº 26.675, DE 18 DE MAIO DE 1949. Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/7/1949, Página 10569. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-26675-18-maio-1949-453475-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 17 de dezembro de 2018.

BRASIL. DECRETO Nº 57.125, DE 19 DE OUTUBRO DE 1965. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/10/1965, Página 11076. Disponível em < http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_decreto_57125_19_10_1965_por_orof.pdf > Acesso em 17 de dezembro de 2018.

BRASIL. Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14/12/1973. Seção 1, Página 12993. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5988.htm > Acesso em 30/10/2018.

BRASIL. DECRETO Nº 75.699, DE 6 DE MAIO DE 1975. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Seção 1 - 26/12/1975, Página 5553. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d75699.htm > Acesso em 17 de dezembro de 2018.

BRASILb. DECRETO Nº 76.905, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1975. Diário Oficial Da União - Seção 1 - 26/12/1975, Página 17079. Disponível < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76905-24-dezembro-1975-425564-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 17 de dezembro de 2018.

BRASILc. DECRETO Nº 76.906, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1975. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Seção 1 - 9/5/1975, Página 17083. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76906-24-dezembro-1975-425566-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em 08 dezembro 2018.

BRASIL. LEI Nº 6.533, DE 24 DE MAIO DE 1978. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Seção 1 – 26/05/1978, Página 7777. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6533.htm > . Acesso em 17 de julho de 2018.

BRASIL. DECRETO No 82.385, DE 5 DE OUTUBRO DE 1978. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Seção 1 – 06/10/1978, Página 16259. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d82385.htm. Acessado em 17 de julho de 2018.

BRASILb. LEI Nº 6.615, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1978. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Seção 1 – 19/12/1978, Página 20369. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6615.htm. Acessado em 17 de julho de 2018.

BRASIL. DECRETO No 84.134, DE 30 DE OUTUBRO DE 1979. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Seção 1 – 31/10/1979, Página 16036. Disponível em

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d84134.htm. Acessado em 17 de julho de 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 17 de julho de 2018.
- BRASIL. DECRETO No 1.355, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994. Diário Oficial, de 31/12/94 Seção I - Página 21.394. Disponível em < http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/ac_trips.pdf > Acesso em 17 de dezembro de 2018.
- BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20/02/1998. Seção 1, Página 3. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9610.htm>. Acesso em 06 de dezembro 2018.
- BRASIL, Decreto nº 8.469, de 22 de junho de 2015. Regulamenta a Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e a Lei no 12.853, de 14 de agosto de 2013, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8469.htm > Acesso em 17 de dezembro de 2018.
- BRASIL. PORTARIA Nº 656, DE 22 DE AGOSTO DE 2018. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23/08/2018. Seção 1, Página 70. Disponível em < http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/37975194/do1-2018-08-23-portaria-n-656-de-22-de-agosto-de-2018-37975096 > Acesso em 17 de dezembro de /2018.
- EUA. Copyright Act. Copyright Law of the United States and Related Laws Contained in the Title 17 of the United States Code. Disponível em <https://www.copyright.gov/title17/> > Acesso em 07 de dezembro de 2018.
- EUA. H.R.1836 - Fair Play Fair Pay Act of 2017. Disponível em < <https://www.congress.gov/bill/115th-congress/house-bill/1836> > Acesso em 13 de dezembro de 2018.
- FRANÇA, Lei Le Chapelier (1791). Disponível em < http://www.fafich.ufmg.br/hist_discip_grad/LeiChapelier.pdf > Acesso em 13 de dezembro de 2018.
- OMPI. Brussels Convention Relating to the Distribution of Programme-Carrying Signals Transmitted by Satellite, de 20 de maio de 1974. Disponível em < <http://www.wipo.int/wipolex/en/details.jsp?id=12242> > Acesso em 30 de dezembro de 2018.
- OMPI. WIPO Copyright Treaty, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em < https://www.wipo.int/treaties/en/text.jsp?file_id=295166 > Acesso em 30 de dezembro de 2016.
- OMPI. Tratado de la OMPI sobre Interpretación o Ejecución y Fonogramas (WPPT), de 20 de dezembro de 1996. Disponível em < <https://wipolex.wipo.int/en/text/295579> > Acesso em 30 de dezembro de 2016.
- OMPI. Convenção de Beijing. Tratado de Beijing sobre Interpretaciones y Ejecuciones Audiovisuales, de 24 de junho de 2012. Disponível em <

https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/treaties/es/beijing/trt_beijing_001es.pdf > Acesso em 28 de dezembro de 2018.

REINO UNIDO. Copyright, Designs and Patents Act 1988 As amended by the legislation indicated overleaf. Disponível em < https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/648444/copyright-designs-and-patents-act-1988.pdf > Acesso em 28 de dezembro de 2018.

SATED DO RIO DE JANEIRO. Convenção Coletiva 2017-2018. Disponível em < http://www.satedrj.org.br/downloads_2018/convencao_coletiva_de_trabalho_2017-2018_Artistas_que_trabalham_em_Radiodifusao.pdf > Acesso em 19 de dezembro de 2018.

SATED DO RIO GRANDE DO SUL. Convenção Coletiva 2017-2018. Disponível em < <http://satedrs.org.br/downloads/acordo-judicial-do-ano-de-2014-20150722-185911-1759.pdf> > Acesso em 19 de dezembro de 2018.

SATED DE SÃO PAULO. Convenção Coletiva 2017-2018. Disponível em < <https://www.satedsp.org.br/acordos/> > Acesso em 19 de dezembro de 2018.

UNIÃO EUROPEIA, Directiva 2001/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Maio de 2001, relativa à harmonização de certos aspectos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação. Disponível em < <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:32001L0029> > Acesso em 28 de dezembro de 2018.

UNIÃO EUROPEIA, Directiva 2006/115/CE Do Parlamento Europeu E Do Conselho De 12 De Dezembro De 2006 relativa ao direito de aluguer, ao direito de comodato e a certos direitos conexos ao direito de autor em matéria de propriedade intelectual (versão codificada) Disponível em < <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32006L0115&from=EN> > Acesso em 27 de dezembro de 2018.

UNIÃO EUROPEIA, Proposal For A Directive Of The European Parliament And Of The Council On Copyright in the Digital Single Market COM/2016/0593 final - 2016/0280 (COD). Disponível em < <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52016PC0593> >. Acesso em 27 de dezembro de 2018.

JULGADOS:

STF Representação 1.031-7 de 1990;

STJ Resp nº 152.231 – Gualberto Mattucci x Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas;

STJ Resp nº 148.781 SP - Alfredo Martins de Oliveira, Ita Szafran, de nome artístico Ida Gomes, e “Asa – Associação dos atores em dublagem, cinema, rádio, televisão, propaganda e imprensa x “Editora Nova Cultural Ltda.”, sucessora da “Abril S/A Cultural

TJRJ 0003492-98.2000.8.19.0000 – Julcilea Telles Riberto x TV Globo Ltda.

TJSP 1000990-35.2014.8.26.0405 - Sidney Carlos Lilla x TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.;

TJSP 0014827-53.2013.8.26.0004 - Fredy Allan Galembeck x Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas;

TJSP – 2007.001.63552 - TV SBT Canal 4 de São Paulo S/A x Giovanna Antonelli

TJSP 10ª Câmara de Direito Privado, Apelação 4001681-59.2013.8.26.0008, Relator Desembargador Carlos Alberto Garbi - Sidney Carlos Lilla x Centauro Comunicaciones do Brasil Ltda.;

TJSP 10ª Câmara de Direito Privado, Apelação Cível 1006265-12.2016.8.26.0011, Relator Desembargador Carlos Alberto Garbi - Sidney Carlos Lilla x Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.;

TJSP 9ª Câmara de Direito Privado, Apelação 1086564-05.2013.8.26.0100, Relator Desembargador Alexandre Costa Netto - Sidney Carlos Lilla x Tv Globo de São Paulo Ltda.;

TJSP 9ª Câmara de Direito Privado, Apelação 1067181-41.2013.8.26.0100, Relator Desembargador Alexandre Bucci - Sidney Carlos Lilla x Fox Film do Brasil Ltda;

TJSP 8ª Câmara de Direito Privado, Apelação Cível 1016359-47.2013.8.26.0068, Relator Desembargador Pedro de Alcântara da Silva Leme Filho - Sidney Carlos Lilla x SONY PICTURES HOME ENTERTAINMENT DO BRASIL LTDA;

TJSP 7ª Câmara de Direito Privado, Apelação Cível 1105526-76.2013.8.26.0100, Relatora Desembargadora Mary Grün - Sidney Carlos Lilla x LOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A;

TJSP 2ª Câmara de Direito Privado, Apelação Cível 1105611-62.2013.8.26.0100, Relator Desembargador Alvaro Passos - Sidney Carlos Lilla x TV GLOBO DE SÃO PAULO LTDA e FOX FILM DO BRASIL LTDA.

ANEXOS

Com o intuito de complementar o presente estudo e fornecer acesso a parte dos materiais produzidos pelo presente estudo e das decisões analisadas ao longo do Capítulo 6, neste momento é trazido o inteiro teor de tais documentos que referenciam, reforçam metodologicamente e ainda explanam o quanto abordado ao longo da análise.

I – INTEIRO TEOR DOS JULGADOS ANALISADOS NO CAPÍTULO 6:

I.1. STF – Representação 1.031-7 de 1990;

Supremo Tribunal Federal
da
República Federativa do Brasil

22

10.12.1980

TRIBUNAL PLENO

REPRESENTAÇÃO Nº 1.031-7 - DISTRITO FEDERAL

REPRESENTANTE : PROMOTOR-GERAL DA REPÚBLICA
ASSISTENTE JURISCONSULTOR: GUY VALADÃO
REPRESENTADOS : CONGRESSO NACIONAL E O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ASSISTENTE JURISCONSULTOR: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PARECER: - Direitos autorais e
conhecimentos de artistas e intérpretes. A pro-
ibição legal da respectiva cessão (art.13 da
Lei nº 6.533, de 1978) não é inconstitucio-
nal. Representação improcedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam
os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, de
conformidade com a ata de julgamentos e notas taquigráficas, à
unanimidade de votos, julgar improcedente a Representação.

Brasília, 10 de dezembro de 1980.

ANTONIO NEVES

- PRESIDENTE

XAVIER DE ALBUQUERQUE

- RELATOR

01213010
04640010
00311000
00000160

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
SERVIÇO DE JURISPRUDÊNCIA
PUBL. D.J. 22.05.81
EVENTÁRIO Nº 1.213-1

Supremo Tribunal Federal
da
República Federativa do Brasil

23

REPRESENTAÇÃO Nº 1.031-7 - DISTRITO FEDERAL

RELATOR : O SR. MINISTRO XAVIER DE ALBUQUERQUE
REPRESENTANTE: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REPRESENTADOS: CONGRESSO NACIONAL E O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

O eminente Procurador-Geral da República ofereceu representação na qual arguiu a inconstitucionalidade do art. 13 e seu parágrafo único da Lei nº 6.533, de 24.5.78, bem assim dos arts. 33 e 34 do Decreto nº 82.385, de 5.10.78, que respectivamente reproduzem o teor dos precitados dispositivos legais.

A lei em questão dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artista e de Técnico em Espetáculos de Diversões. Seu artigo 13 e respectivo parágrafo único assim estão redigidos:

"Art. 13. Não será permitida a cessão ou promessa de cessão de direitos autorais e conexos decorrentes da prestação de serviços profissionais.

Parágrafo único. Os direitos autorais e conexos dos profissionais serão devidos em decorrência de cada exibição da obra."

O fundamento da arguição, feita a pedido da pessoa interessada, é o de que as normas impugnadas infringem o disposto no art. 153, § 25 da Constituição.

01213010
04640010
00312000
00000200

Supremo Tribunal Federal
da

24

República Federativa do Brasil

Rp 1.031-7-DP

2.

O Presidente do Congresso Nacional prestou informações nas quais esclareceu que as disposições atacadas constaram do projeto encaminhado ao Parlamento pelo Presidente da República. Quatro emendas lhes foram apresentadas durante a tramitação legislativa, mas todas foram rejeitadas.

Também o Presidente da República prestou informações que, elaboradas pelo Gabinete Civil, têm o seguinte teor (fls. 85/87):

"A Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artista e de Técnico em Espetáculos de Diversões, foi elaborada por iniciativa do Poder Executivo.

O projeto que se converteu na aludida lei foi encaminhado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 129, de 13 de abril de 1978, acompanhado da Exposição de Motivos nº 13/78, dos Ministros de Estado da Justiça, do Trabalho, das Comunicações e da Educação e Cultura.

Na aludida S.M., com pertinência para o exame da arguição de inconstitucionalidade do artigo 13 da aludida Lei nº 6.533/78, tem cabimento transcrever os trechos seguintes:

"O Projeto de Lei anexo substitui o anteriormente submetido à consideração de Vossa Excelência, através da Exposição de Motivos nº 45, de 28 de junho de 1976, que dispunha sobre o exercício profissional dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões e criava os Conselhos Federal e Regionais de Artistas

e Técnicos em Espetáculos de Diversões, retirado a pedido desses profissionais, que alega variação terem sido atendidas as reivindicações mínimas da categoria e não desejarem a criação de órgão fiscalizador do exercício da profissão.

Partindo de trabalho elaborado por Comissão designada pelos Artistas, sob a coordenação do Presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro, procurou-se conservar a forma original do projeto, compatibilizando-o em alguns aspectos sócio-econômicos, e, na medida do possível, sem desvirtuá-lo, atender algumas das sugestões apresentadas por entidades das empregadoras.

Inseriu-se, também, no Projeto de Lei, norma impeditiva da cessão, ou promessa de cessão, de direitos autorais e conexos, decorrentes da prestação de serviços profissionais (art. 13 e parágrafo único)."

Não passou despercebida dos ilustres Membros do Congresso Nacional a circunstância de que o projeto de lei fora elaborado a partir da proposta dos setores profissionais interessados e que, em seu texto, visando à proteção dos próprios artistas, fora inserida a norma, ora impugnada, impeditiva da cessão ou promessa de cessão de direitos autorais e conexos decorrentes da prestação de serviços profissionais.

Por isso é que, apresentadas 3 (três) emendas — as de números 16, 17 e 18 — visando à alteração do artigo 13 do projeto, foram todas elas rejeitadas pelo Congresso Nacional, acolhendo as razões apontadas pelo Relator, nos termos seguintes:

"Emendas n.ºs. 16, 17 e 18 — O Poder Executivo, ao incluir neste Projeto a proibição de cessão de direitos autorais e conexos, pretende proteger o artista, atendendo a constante reivindicação da categoria e de seus órgãos de classe. Parece-nos mais conveniente manter o artigo tal como proposto pelo Executivo, consequente de negociações prolongadas." (DCN-048, de 16/5/78 - pág. 901)

Aprovado pelo Poder Legislativo nos termos do Substitutivo da Comissão Mista que o examinou, o projeto foi sancionado sem vetos, convertendo-se na Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, que entrou em vigor no dia 19 de agosto do mesmo ano.

Dentro da mesma orientação protetiva dos direitos autorais — que o legislador compreendeu e expressamente ratificou — o Regulamento que se segue à Lei nº 6.533, de 1978, ora igualmente impugnado, como não poderia deixar de ser repetida a regra consubstanciada no artigo 13 da norma de hierarquia superior, na forma seguinte:

"Art. 33. Não será permitida a cessão ou promessa de cessão de direitos autorais e

Supremo Tribunal Federal
da

27

Ep 1.031-7-3 *República Federativa do Brasil*

5.

conexos decorrentes da prestação de serviços profissionais." (Decreto nº 82.385, de 5 de outubro de 1978).

Finalmente, cumpre ressaltar que as normas objeto da presente arguição de inconstitucionalidade — o artigo 13 e seu parágrafo único da Lei nº 6.533, de 1978, e os artigos 33 e 34 do respectivo Regulamento, expedido com o Decreto nº 82.385, do mesmo ano — não pareceram no Poder Executivo pos sen incompatíveis com a Lei Maior, dado que ao le gislador ordinário sempre foi reconhecido o poder de restringir o exercício de direitos individuais, quando o seu livre uso for contrário aos interesses da coletividade ou, como no caso presente, for lesivo aos seus próprios titulares.

É o que se verifica, entre outros exemplos, com as normas legais que, no campo do Direito do Trabalho, restringem a liberdade de contratar dos empregados, considerando nulos os ajustes que, mesmo livremente pactuados, ofendam as regras tutela-res das relações de trabalho."

Por fim, com vista dos autos para opinar sobre o mérito da arguição, o nobre Procurador-Geral emitiu parecer que, na parte conclusiva, está escrito nestes termos (fls. 91/93):

"À leitura do previsto no artigo 153, § 25, da Constituição Federal, vê-se, de fácil, que, no preceito constitucional aos autores de obras literá-rias, artísticas e científicas, e só a eles, com

exclusividade, pertence o direito (leia-se: o poder jurídico) de utilizá-las, vale dizer o poder jurídico de exercer direitos oriundos da autoria das obras em referência.

A cessão ou promessa de cessão de direitos autorais é exercício do poder contido no direito subjetivo do autor, cuja titularidade é assegurada, de modo absoluto, na Constituição Federal.

Só não pode ceder direitos, ou prometer cedê-los, os que deles não são titulares. Um dos pressupostos de existência do direito subjetivo é o poder de ceder ou prometer ceder.* Quem não pode fazer, não é titular de direito algum.

Assim, pois, dizendo-se no artigo 13 da Lei nº 6.533, de 1978, que "Não será permitida a cessão ou promessa de cessão de direitos autorais e conexos decorrentes da prestação de serviços profissionais", diz-se, a um tempo, que, da prestação de serviços, nascem direitos autorais. Direitos subjetivos, que, ao parecer, são cedíveis, ou susceptíveis de cessão, pois, pertencem, exclusivamente, nos termos da norma constitucional, aos prestadores de serviços profissionais.

Ao legislador ordinário, pena de inconstitucionalidade, é defeso sobrepor-se aos ditames na Constituição Federal.

Ademais, in casu, não se trata de restringir, e sim suprimir, o exercício do direito individual assegurado no Estatuto Supremo. Os autores de propriedade literária, artística e científica têm a

garantia constitucional do poder exclusivo de utilização de suas obras, consoante o § 25 do artigo 153 da Constituição Federal.

A lei ordinária poderá estabelecer limite de tempo para o gozo desse direito transmissível por herança, jamais impedir a transmissibilidade inter vivos. O invocado preceito repugna outra interpretação que não a decorrente de seus termos. Tanto assim que o mestre Pontes de Miranda, ao comentar o § 25 do artigo 153, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, escreveu:

"Além de assegurar aos autores o direito exclusivo de reproduzir as obras da sua lavra, o texto impõe que tal direito se transmita aos seus herdeiros (em sentido largo, de sucessores - herdeiros legítimos ou testamentários, legatários, beneficiados por modus) . Quanto ao tempo pelo qual há de desfrutá-lo os sucessores, a lei é que diz. O que se tira da regra jurídica constitucional é que o legislador constituinte fez vitalício o direito de autor e, até onde a legislatura ordinária entender, o de gozo pelos sucessores" ("comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1, de 1969" - Tomo V, pág. 584).

E, mais adiante (ob. cit.), acentua:

"Os direitos do autor são alienáveis ou definitivamente, ou por curto tempo, ou por edição, ou por outra maneira de contagem. A

lei pode regular o máximo de tempo por que se pode alienar, as causas de resolução, de resilição e de caducidade, os direitos, deveres, pretensões, obrigações e ações dos autores e dos editores."

Em face do exposto, espera esta Procuradoria-Geral que seja julgada procedente a representação em causa."

Lançado nos autos o presente relatório, extraíam-se cópias para distribuição a todos os Ministros.

Reço dia.

Brasília, 24 de novembro de 1980.

XAVIER DE ALBUQUERQUE
Ministro-Relator.

Supremo Tribunal Federal
da
República Federativa do Brasil

31

10.12.80

TRIBUNAL PLENO

REPRESENTAÇÃO Nº 1.031-7 - DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SR. MINISTRO XAVIER DE ALBUQUERQUE (RELATOR)
- São procedentes, a meu ver, estas ponderações finais das informações prestadas pelo Presidente da República (fls. 87):

"Finalmente, cumpre ressaltar que as normas objeto da presente arguição de inconstitucionalidade — o artigo 13 e seu parágrafo único da Lei nº 6.533, de 1978, e os artigos 33 e 34 do respectivo Regulamento, expedido com o Decreto nº 82.385, do mesmo ano — não pareceram no Poder Executivo fossem incompatíveis com a Lei Maior, dado que ao legislador ordinário sempre foi reconhecido o poder de restringir o exercício de direitos individuais, quando o seu livre uso for contrário aos interesses da coletividade ou, como no caso presente, for lesivo aos seus próprios titulares.

9. É o que se verifica, entre outros exemplos, com as normas legais que, no campo do Direito do Trabalho, restringem a liberdade de contratar dos empregados, considerando nulos os ajustes que, mesmo livremente pactuados, ofendam as regras tutelares das relações de trabalho."

01213010
04640010
00313000
01240370

Ora, é inegável que a Lei nº 6.533/78 integra, sem embargo do caráter misto que lhe atribuem muitas de suas normas, a ordem jurídica trabalhista, marcadamente inspirada em princípios protetivos e tutelares. Não há por que estranhar-se que restrinja ou mesmo impeça a transmissão de direitos autorais e conexos, quando decorrentes da prestação de serviços profissionais, vale dizer, do contrato de trabalho.

Tal restrição, aliás, mesmo no plano do direito comum, é advogada em doutrina, de lege ferenda. Ao propósito, escreve José de Oliveira Ascensão (Direito Autoral, 1980, pág. 109):

"A alienação global do direito de autor é admitida, pelos direitos latinos, mas não por ordens jurídicas como a alemã.

Supomos que a razão está com estas últimas, e que é este o campo em que mais urgentemente é necessária a intervenção da lei para afastar uma liberdade contratual que acaba por se virar contra o autor, que é a parte mais fraca.

De fato, as transmissões do direito de autor são muitas vezes impostas aos criadores intelectuais pelas empresas a que estes têm de recorrer para a publicação ou comercialização das suas obras. Quando estes não estão em condições de ameaçar com a mudança de empresário, a cláusula da cessão global do direito é uma cláusula a que não podem fugir. Isso significa que, para conseguir as vantagens de uma primeira utilização, o criador intelectual tem de pagar o amargo preço da renúncia a todas as utilizações posteriores."

Logo adiante, ao mesmo tempo em que registra e louva precisamente o art. 13 da Lei nº 6.533/78, aqui impugnado, conclui esse autor (ob. cit., pág. 110):

"Pensamos pois que a transmissão do direito de autor devia ser proibida por lei. Esta restrição da liberdade do criador intelectual seria gostosamente festejada por este e não traria prejuízos à utilização normal das obras: só afastaria os ganhos de acaso obtidos à custa dos autores."

Fixada a teleologia da norma, que seguramente a recomenda, resta ver se ela colide com o preceito constitucional invocado para suporte da representação.

Não me parece que o afronte, data venia do nobre Procurador-Geral.

O que a Constituição assegura aos autores de obras literárias, artísticas e científicas é o direito exclusivo de utilizá-las. E Pontes de Miranda registra que a exclusividade do direito de reprodução é que constitui o elemento inatingível pelas leis, sob pena de serem inconstitucionais (Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda de 1969, tomo V, pág. 585). Por isso, segundo o saudoso jurisconsulto, "não é inconstitucional a lei que exija aos autores ou editores certo número de exemplares, ou percentagem deles, ou do próprio lucro, a favor do Estado, ou de instituição de utilidade pública", porque "a restrição não é ao direito de reprodução, que a Constituição quer exclusivo, mas ao corpo do direito de propriedade" (ob. l.c. cit.).

Noutro passo, diz ainda o emérito escritor (ob. cit., pág. 584):

"Os direitos do autor são alienáveis, ou definitivamente, ou por certo tempo, ou por edição, ou por outra maneira de contagem. A lei pode regular o máximo de tempo por que se pode alienar, as causas de resolução, de rescisão e de caducidade, os direitos, deveres,

Supremo Tribunal Federal
da
República Federativa do Brasil
Rp 1.031-7-DF

34

pretensões, obrigações e ações dos autores e dos editores."

Ora, podendo a lei limitar o tempo máximo por que se podem alienar os direitos do autor, que razão haverá, no plano constitucional, para que não possa, também, impedir a alienação definitiva desses mesmos direitos?

Julgo improcedente a representação.

Supremo Tribunal Federal
da

35

10.12.80 *República Federativa do Brasil*

TRIBUNAL PLENO

REPRESENTAÇÃO Nº 1.031 - DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SR. MINISTRO RAFAEL MAYER:- Sr. Presidente, como bem salientado pelo eminente Relator, a norma legal tem evidente caráter protetor, precisamente com relação àqueles direitos decorrentes ou inerentes à prestação de serviços profissionais. Esta vinculação é que suscita a necessidade da proteção, tendo em vista o interesse social aí presente. É norma de caráter social, como tantas outras, em que o condicionamento do direito não importa em restrição dele, senão em sua defesa, garantia e efetividade. Assim também dispõe a lei trabalhista, seguidamente, os direitos do trabalhador são irrenunciáveis, e assim se faz em seu próprio benefício. Assim, a norma em causa não afronta o artigo constitucional invocado, senão que lhe confere um conteúdo social bem compatível com as linhas contemporâneas, no plano do social.

Acompanho o eminente Relator.

01213010
04640010
00313010
01320430

Supremo Tribunal Federal
da
10.12.1978 *República Federativa do Brasil*

36

TRIBUNAL PLENO-

REPRESENTAÇÃO Nº 1.031

DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SENHOR MINISTRO DECIO MIRANDA - Sr. Presidente, a norma constitucional, que se diz afrontada e vulnerada pela regra da lei ordinária, parece-me até induzir a solução adotada pelo legislador. Isto porque, segundo o § 25 do art. 153 da Constituição, "aos autores de obras literárias, artísticas e científicas pertence o direito exclusivo de utilizá-las". A palavra "utilizar", já por si, melhor condiz com a idéia de permanência do que com a de instantânea disposição.

01213010
04640010
00313020
01310500

O eminente Procurador-Geral da República, que, com o costumeiro brilho, acaba de defender oralmente a arguição de inconstitucionalidade, sustenta que ou seria inconstitucional a regra atual, ou o seria a norma anterior.

Parece-me, entretanto, tratar-se de falso dilema: nenhuma delas será inconstitucional, ambas serão compatíveis com a Constituição, porque colocadas no âmbito alcançável pelo legislador ordinário.

O que se tem é a alternativa de escolha do legislador. Ele, como escolheu a primeira solução, teria podido optar pela segunda.

Estaria, porventura, mal inspirado numa das vezes em que agiu, ou talvez o tenha feito segundo as inspirações

prevalentes da sociedade, num e noutro momento; nunca, porém, numa solução ou noutra, ferindo a Constituição.

A norma de hoje parece revestida de louvável propósito. Se, porventura, tiver inconvenientes, será o caso de o legislador novamente dispor a respeito; não de se afastar a norma com a arguição de inexistente inconstitucionalidade.

Acompanho os doutos votos dos eminentes Ministros Relator e Raphael Mayer.

mh.

Supremo Tribunal Federal
da

38

10.12.80 *República Federativa do Brasil*

TRIBUNAL PEENO

REPRESENTAÇÃO Nº 1.031

DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SENHOR MINISTRO SOARES MUNOZ: - Sr. Presidente, em face dos memoriais que recebi, formei a convicção da perfeita sintonia entre a norma ordinária e a regra constitucional.

01213010
04640010
00313030
01300680

Os votos que me precederam, principalmente o pronunciamento do eminente Relator, demonstraram que essa minha conclusão é a verdadeira. E para demonstrá-la não preciso tecer as considerações que havia preparado, porque nada acrescentariam aos fundamentos do voto do eminente Relator.

De sorte que, por esses próprios fundamentos e pelos aduzidos nos votos dos eminentes Ministros Rafael Mayer e Décio Miranda, julgo improcedente a Representação.

/map/

Supremo Tribunal Federal
da
República Federativa do Brasil

39

10 DEZEMBRO 1980

TRIBUNAL PLENO

REPRESENTAÇÃO Nº 1.031

DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SENHOR MINISTRO CUNHA PEIXOTO:

Senhor Presidente, não vejo nenhuma con
tradição, entre o art. 13 e a norma constitucional. Elas
podem viver harmonicamente, como foi demonstrado pelo emi
nente Relator e os eminentes Ministros que me antecederam,
razão pela qual também julgo improcedente a representação.

01213010
04640010
00313040
01290700

1st

Supremo Tribunal Federal
da
República Federativa do Brasil

40

10.12.80.

TRIBUNAL PLENO

REPRESENTAÇÃO Nº 1031

-

DISTRITO FEDERAL

V O T O

01213010
04640010
00313050
01280870

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES - Sr. Presidente, examinei, com muita atenção, os memoriais relativos a este caso, por ter sido eu, quando Procurador-Geral da República, o autor do anteprojeto de que se originou a Lei 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais.

Naquela oportunidade, examinei problemas semelhantes ao presente, e não tive dúvida em optar por soluções de proteção ao autor, ainda que por meio de restrição à disponibilidade de seus direitos patrimoniais.

Assim, e independentemente de qualquer relação de natureza trabalhista, encontra-se nessa lei o disposto no artigo 39, que reza:

"Art. 39. O autor, que alienar obra de arte ou manuscrito, sendo originais ou direitos patrimoniais sobre obra intelectual, tem direito irrenunciável e inalienável a participar na mais-valia que a eles advierem, em benefício do vendedor, quando novamente alienados".

Direito inalienável e irrenunciável, restrição acauteladora para que se evitasse pressão de poderio econômico.

O mesmo ocorre com referência ao artigo 54 dessa lei:

"Art. 54. A cessão dos direitos do autor sobre obras futuras será permitida se abranger, no máximo, o período de cinco anos.

Parágrafo único. Se o período estipulado for indeterminado, ou superior a cinco anos, a tanto ele se reduzirá, diminuindo-se, se for o caso, na devida proporção, a remuneração estipulada".

Outra restrição. E por que? Para impedir que se repetissem fatos como o ocorrido com o Prof. VEIGA CABRAL, que, aos vinte e um ou vinte e dois anos de idade, querendo concorrer a uma cátedra no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, e não dispondo de recursos para a impressão de sua tese, teve de concordar com a exigência do editor que a publicaria por sua conta, desde que o Professor lhe cedesse os direitos patrimoniais de todas as obras que viesse a escrever durante sua vida. VEIGA CABRAL, com isso, pode conquistar a cátedra, mas ficou vinculado, pelo resto de sua vida, às condições daquela cessão de direitos patrimoniais sobre as obras que produziu posteriormente.

E, note-se (a título de reparo ao eminente advogado que, da tribuna, profligou interpretações civilistas), isso em lei de natureza tipicamente civil, sem vinculações ao direito trabalhista.

Supremo Tribunal Federal
da
República Federativa do Brasil

42

REP Nº 1031 - DF

- 3 -

No caso presente, toda a controvérsia gira em torno do artigo 13 da Lei 6.533/78, o qual reza:

"Art. 13. Não será permitida a cessão ou promessa de cessão de direitos autorais e conexos decorrentes da prestação de serviços profissionais.

Parágrafo único. Os direitos autorais e conexos dos profissionais serão devidos em decorrência de cada exibição da obra".

Essa norma não retirou do titular do direito autoral ou do direito a ele conexo o direito exclusivo de utilizar-se dele. O que fez, apenas, foi estabelecer a proibição, em favor do próprio titular do direito, de cessão definitiva deste, em qualquer caso, ainda quando o cessionário seja o patrão. Com isso, esse preceito deu efetiva proteção ao titular desses direitos, sabido como é que, nesses casos, o empregador, para celebrar o contrato de trabalho, poderia compelir o autor ou o artista a ceder, de antemão, os direitos patrimoniais sobre a obra ou a representação dramática, propiciando àquele reproduzi-la quantas vezes o quisesse, sem qualquer pagamento a estes.

O artigo em causa, em última análise, como que permitiu somente - e em favor dos autores e artistas -, cessões temporárias (para uma exibição da obra), mas em número indefinido, proibida a cessão definitiva.

O SR. MINISTRO THOMPSON FLORES - São cessões onerosas.

Supremo Tribunal Federal
da
República Federativa do Brasil

43

REP Nº 1031 - DF

- 4 -

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES - Não se reti-
rou o direito exclusivo de utilização da obra ou da repre-
sentação, o que a Constituição garante, na parte inicial
do § 25 do artigo 153. Disciplinou-se essa utilização de
maneira que ficassem protegidos o autor e o artista em fa-
ce de seu empregador. E a limitação necessária a essa dis-
ciplina, a qual visa exatamente a permitir o exato cumpri-
mento da garantia constitucional (que, sem ela, seria ilusô-
ria, pela desigualdade econômica entre as partes contratan-
tes), não viola, evidentemente, a garantia que, por meio
dela, efetivamente se assegura.

Aplica-se, aqui, o que universalmente tem
sido admitido e que, em teoria, se denominou dirigismo con-
tratual. É a atuação do Estado a impedir que, pelo respei-
to à igualdade meramente jurídica que a autonomia da vonta
de estabelece, uma das partes contratantes perca a liberda-
de de contratar com quem deveria fazê-lo em prol de seus in-
teresses, pelo poder econômico da outra, que se aproveita
da necessidade que tem a primeira da celebração do contra-
to.

Por tudo isso, Sr. Presidente, não tenho dú-
vida alguma em acompanhar os colegas que se vêm manifestan-
do no sentido da improcedência da representação.

rdd/

Supremo Tribunal Federal
da
República Federativa do Brasil
10. 12. 1980

44

TRIBUNAL PLENO

REPRESENTAÇÃO 1.031 - DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SENHOR MINISTRO CORDEIRO GUERRA:- Sr. Presidente, na presente representação procurou-se interpretar os artigos impugnados como inconstitucionais, como uma restrição ao direito de usar, fruir e dispor de coisas ou limitar um direito; procurou-se, por assim dizer, ressurgir os princípios da liberdade de contratar do Código Napoleônico. Sustentou-se que o art. 13 e o seu § único são violadores dessa liberdade. Entretanto, no campo do Direito Civil, são numerosas as limitações à livre convenção e no interesse da justiça social, além das que ocorrem no Direito do Trabalho. Rompeu o direito moderno com o individualismo consagrado no Código Civil e cerceou a liberdade de contratar ao disciplinar, por exemplo, os arrendamentos rurais. Tive oportunidade de dizer isso, em voto que acabou prevalecendo nesta Egrégia Corte, quando se discutiu o capítulo do arrendamento verbal em face do Estatuto da Terra. Ninguém ignora as limitações ao direito de contratar decorrentes da Lei de Luvas, da Lei do Inquilinato, dos contratos de adesão regulamentados pelo Poder Público: os seguros, a capitalização, os de transporte, enfim, todos aqueles contratos em que, como observou El-GAMMAL, a ordem jurídica sofre a influência da intervenção econômica do Estado. Disse RENÉ SAVATIER :

01213010
04640010
00313060
01270940

Supremo Tribunal Federal
da
República Federativa do Brasil

45

Representação 1.031 - D F

-2

" Os contratos são menos considerados, hoje em dia, como uma livre construção da vontade humana do que uma contribuição das atividades humanas à arquitetura geral de um país, arquitetura que o Estado entende, agora, dirigir pessoalmente. "

E a Suprema Corte Americana definiu o direito de contratar :

" A liberdade de contratar não é um direito absoluto. É condicionado. Não há um direito de fazer, cada um, o que ele quer, ou o contrato como ele escolhe. A garantia de liberdade não tira do Legislativo a supervisão do amplo departamento de atividade que consiste no realizar os contratos ou negar ao Governo o poder de prever medidas restritivas. A liberdade implica a ausência de restrições arbitrárias, não a imunidade ante razoáveis regulamentações e proibições impostas no interesse da comunidade. "

Regulamentos governamentais da liberdade de contratar, frequentemente são reconhecidos constitucionais pela Corte Suprema Americana.

Conforme já tive oportunidade de salientar, frequentemente reconhecemos a legitimidade de restrições legais à liberdade de contratar, inclusive neste caso, que foi o último mais importante, relativo ao Estatuto da Terra (RE 35.333 - PR - RTJ 88/232).

Ora, na espécie, o que a lei impugnada proíbe, não o faz contra o titular do direito assegurado na Constituição, mas a favor dele, para protegê-lo.

Não vejo qualquer inconstitucionalidade nos

Supremo Tribunal Federal
da
República Federativa do Brasil

46

Representação 1.031 - DF

-3

nos textos apontados como infringentes da Carta Magna. Essas palavras são apenas ditas para mostrar que não se trata de um julgamento excepcional, mas de um julgamento decorrente de um princípio reconhecido, de uma jurisprudência que se sobrepõe a interesses de partes ou a clamores de interessados. Este Tribunal decide na estrita observância dos mandamentos da Constituição e das leis do País, sem ceder a influências econômicas ou a pressões demagógicas. E disso estou bem certo, pelos fundamentados votos que me precederam e pelos seguros argumentos do voto do eminente Relator a que adiro sem restrições.

Julgo improcedente a representação.

-X-X-X-X-X-X-X-

tkp

REPRESENTAÇÃO Nº 1.031 - DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SR. MINISTRO LEITÃO DE ABREU - Sr. Presidente, o Judiciário somente pode declarar a inconstitucionalidade de texto legal quando flagrante ou estridente a incompatibilidade de entre este e a Constituição.

01213010
04640010
00313070
01261010

Ora, no caso presente, em vez de incongruência flagrante ou estridente entre a norma legal impugnada e a Constituição, o que existe, consoante está bem demonstrado pelo eminente Ministro Xavier de Albuquerque, na sua condição de Relator, e pelos demais Ministros que me antecederam, é uma perfeita harmonia entre o texto impugnado e a Carta Política em vigor.

Por estes motivos, acompanho, também, o eminente Relator, julgando improcedente a representação.

Supremo Tribunal Federal
da
10.12.80 *República Federativa do Brasil*

48

Tribunal Pleno

REPRESENTAÇÃO Nº 1.031

DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SR. MINISTRO CARLOS THOMPSON FLORES: Senhor Presidente.

Do relatório e dos memoriais recebidos, com venci-me que a representação não poderia prosperar.

Penso que convivem, e sem qualquer embaraço ou atrito, o art. 13 e seu parágrafo único, da Lei 6.533/78, com o art. 153, § 25, da Constituição.

O alcance de um e de outro é completamente distinto.

A lei ordinária é eminentemente protetiva e resguarda o trabalho do intérprete sem afastar ou comprometer o autor.

Posto que aparentemente limitativa, o preceito é tutelar, como encontrado na C.L.T., ou normas de direito civil.

Bem inspirado, pois, esteve o emissor Pela tor, começando seu voto com as derradeiras expressões das informações de S.Exa. o Presidente da República, das quais se extrai esse cunho protetivo da lei.

A meu ver aí reside a chave da controvérsia.

Depois, contribuição preciosa acaba de trazer o eminente Ministro Moreira Alves, cuja autoridade de pro

01213010
04640010
00313080
01641100

Supremo Tribunal Federal
da
República Federativa do Brasil
Rep. nº 1.031 - DF

49

- 2 -

fessor de Direito Civil soma-se a de autor do anteprojeto que desfechou na Lei 5.988, na qual se pode, como S.Exa. o fez, extrair subsídios para a boa interpretação da lei aqui incriminada.

Fazendo meus os fundamentos do voto do eminente Relator, julgo, também, improcedente a representação.

E como voto.

mcpr/

Supremo Tribunal Federal
da
República Federativa do Brasil

50

10.12.80

TRIBUNAL PLENO

REPRESENTAÇÃO Nº 1.031 - DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SENHOR MINISTRO DJACI FALCÃO: Sr. Presidente, o art. 13, da Lei 6.533/78, guarda em si uma intenção protetiva dos chamados direitos autorais, visando resguardar os autores contra possíveis atos lesivos dos seus interesses. A regra, que guarda elevado alcance social, como tantas outras, quer no plano do Direito Trabalhista, como no próprio Direito das Gentes, do Direito Civil, tem um caráter eminentemente público e, via de consequência, não conflita com o princípio inserido no § 25 do art. 153 da Constituição.

O douto Pontes de Miranda teve oportunidade de afirmar que o legislador constituinte fez vitalício o direito do autor.

Acompanhando o voto do eminente Ministro Relator, julgo improcedente a representação.

01213010
04640010
00313090
01161250

bds.

Supremo Tribunal Federal
da
10.12.80 *República Federativa do Brasil*

51

TRIBUNAL PLENO

REPRESENTAÇÃO Nº 1.031 - DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SR. MINISTRO ANTONIO NEDER (PRESIDENTE): Também eu
estou em que o discutido art. 13 não é contrário ao texto
constitucional. As razões deste voto são as mesmas que foram
deduzidas pelos nobres Ministros Relator e Moreira Alves.

01213010
04640010
00313100
01231330

DC/

Supremo Tribunal Federal
da
República Federativa do Brasil

-- 52

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

EXTRATO DE ATA

Rp. 1.031-7 - DF - Rel., Min.: Xavier de Albuquerque.
Rpte.: Procurador-Geral da República. Assistente Litisconsorte.: Gecy Valadão. (em arte "Jece Valadão"). (Adv.: Waldemar Zveiter). Rpdos.: Congresso Nacional e o Sr. Presidente da República. Assistente Litisconsorte.: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura. (Advs Rubem José da Silva, Ulisses Riedel de Resende e outros).

Decisão: Julgou-se improcedente a representação. Vo
tação uniforme. Votou o Ministro Presidente. Falaram.: o Procurador-Geral da República, substituto, Dr. Francisco de Assis
Toledo; pelo Assistente Litisconsorte o advogado Waldemar Zveiter, e, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura o advogado Ulisses Riedel
de Rezende. . Pleno, 10.12.80.

01213010
04640010
00314000
00001470

Presidência do Senhor Ministro Antonio Neder. Presentes à sessão os Senhores Ministros Djaci Falcão, Thompson Flores, Xavier de Albuquerque, Leitão de Abreu, Cordeiro Guerra, Moreira Alves, Cunha Peixoto, Soares Muñoz, Decio Miranda e Rafael Mayer.

Procurador-Geral da República, substituto, Dr. Francisco de Assis Toledo.

Alberto Veronese Aguiar - Secretário do Tribunal Pleno

I.2 – TJSP - Sidney Carlos Lilla x “Emissoras de Televisão”;

Nesse caso, como tratam-se de cerca de oito (8) acórdãos sobre o mesmo tema e que apesar de terem inúmeros pontos similares e trazerem dentro de si referências aos demais acórdãos, existem pequenas nuances entre eles que poderiam induzir o jurista a acreditar que todas as decisões são iguais, seja pela existência de julgamentos não unânimes, pelas questões de denunciação a lide e/ou sobre a responsabilidade do réu da ação.

Sendo devido ainda acrescentar a única ação julgada de maneira distinta, qual seja a movida frente ao SBT que entendeu que não é possível a cessão dos direitos conexos ao de autor, com fundamento no art. 13, da Lei nº 6.533/78.

Dessa feita, como as decisões versam de forma incipiente sobre a questão da cessão de direitos conexos ao de autor, focando mais nos seus requisitos de validade frente a proposições de ações contra àquele exibiu uma obra audiovisual de acordo com um contrato prévio que determinava o dever de exibição sem qualquer modificação e não especificamente sobre quem produziu o conteúdo, optou-se por deixar de trazê-las para que a presente análise não resultasse em um compilado jurisprudencial.

Ressalte-se que o ponto crucial que é relevante para o presente é a problemática acerca da proposição de inúmeras ações, tal qual explanado ao longo do subcapítulo 6.2

I.3 – TJSP - 0014827-53.2013.8.26.0004 - Fredy Allan Galembeck x Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas;

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação no 0014827-53.2013.8.26.0004, da Comarca de São Paulo, em que é apelante/apelado FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS (TV CULTURA), é apelado/apelante FREDY ALLAN GALEMBECK (JUSTIÇA GRATUITA). ACORDAM, em 5ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso da ré e deram parcial provimento ao recurso do autor, V.U. Sustentou oralmente o Doutor Alex Carlos Capura de Araújo.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão. O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MOREIRA VIEGAS (Presidente) e JAMES SIANO. São Paulo, 23 de novembro de 2016. FERNANDA GOMES CAMACHO

RELATORA

Apelação nº 0014827-53.2013.8.26.0004 - Voto no 3.621 2

APELAÇÃO no 0014827-53.2013.8.26.0004

Relatora: Fernanda Gomes Camacho

Órgão Julgador: 5a Câmara de Direito Privado

APELANTES E RECIPROCAMENTE APELADOS: FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS (TV CULTURA) e FREDY ALLAN

GALEMBECK

Comarca: São Paulo Foro Central Cível 22a Vara Cível

Juiz Prolator: Fabio Coimbra Junqueira

Julgamento conjunto com Apelação no 0035399-96.2014.8.26.0100 (Voto no 3620)

Voto no 3.621

PRESCRIÇÃO. Início da contagem do prazo prescricional em 19/07/2001, quando o autor completou 16 anos. Art. 169, I, CC/1916 (atual art. 198, I). Aplicação do prazo trienal do art. 206, §3o, V, CC/2002, a partir de 11/01/2003. Art. 2.028, CC/2002. Precedente STJ. Ação proposta em 18/07/2013. Pretensão do autor prescrita até 18/07/2010.

DIREITOS AUTORAIS. Autor que foi contratado para atuar na série “Castelo Rá-Tim-Bum”. Retransmissão da série sem o pagamento de direitos conexos. Aplicação das Leis 5.988/73 e 6.533/78, em vigor na data da celebração do contrato. Art. 13, parágrafo único, da Lei no 6.533/78 que garante direitos autorais e conexos decorrentes de cada exibição da obra. Autor que autorizou a exploração econômica da obra e sua reexibição. Ausência de autorização para reexibições sem remuneração. Direitos conexos devidos por cada reexibição até os dias atuais. Juros moratórios e correção monetária que devem incidir a partir de cada exibição. Art. 397, CC/02. Cessão gratuita da obra à Globo Internacional. Contrato que previa remuneração adicional em caso de cessão onerosa. Cessão gratuita que não gera direito à remuneração adicional. Danos morais. Configuração, ante a exploração do trabalho do autor sem o pagamento da devida contraprestação. Violação aos direitos de imagem. Art. 5o, X, CF. Teoria da perda de uma chance não aplicável ao caso. Ausência de perda concreta da chance de investir na carreira. Valor da indenização mantido. Honorários advocatícios mantidos. Art. 20, §3o, CPC/1973. Verbas de sucumbência que devem recair integralmente sobre a ré. Princípio da causalidade. Sentença parcialmente reformada, para retroagir o pagamento a partir de 18/07/2010. Recurso da ré não provido e recurso do autor parcialmente provido. Vistos.

Trata-se de ação relativa a direitos de autor julgada parcialmente procedente pela r. sentença de fls. 919/932, cujo relatório fica adotado, para condenar a ré ao pagamento dos direitos conexos ao autor, referentes às reexibições contínuas da série pela Rede de Televisão Cultura, durante o período correspondente a 26/08/2011 até as atuais e futuras exibições, valor que deverá ser apurado em fase de liquidação de sentença, conforme a quantidade de episódios e os valores praticados pelo mercado, corrigidos monetariamente pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado e com incidência de juros de mora de 1% ao mês a contar de cada exibição. A ré foi condenada, ainda, ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$25.000,00, corrigidos monetariamente pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado e com incidência de juros de mora de 1%

ao mês, a contar da data da sentença. Por ter dado causa à ação, a ré foi condenada a arcar com custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

Ambas as partes apresentaram embargos de declaração (fls. 936/942 e 944/946), os quais foram rejeitados (fls. 950/953). Inconformada, apela a ré (fls. 959/993), sustentando, em síntese: 1) eventuais direitos postulados pelo autor estão prescritos, uma vez que o termo inicial para contagem do prazo é a data do lançamento da série, que ocorreu em 1993; 2) o artigo 13 da Lei no 6.533/1978 não é aplicável ao caso, pois, além de não ter sido recepcionado pela Constituição Federal de 1988, não existiu qualquer relação de trabalho entre as partes, sendo a pretensão do autor de natureza puramente autoral; 3) a apelante, conforme contrato firmado entre as partes, é cessionária definitiva de todos os direitos autorais e conexos sobre a obra produzida e, portanto, já pagou ao apelado todos os valores aos quais este tinha direito, não existindo qualquer pendência patrimonial a pagar; 4) não há que se falar em dano moral sofrido pelo apelado, pois em todas as exibições da obra televisivas os direitos morais de autor foram respeitados, tendo-lhe sido atribuídos os créditos correspondentes; 5) caso mantida a condenação por danos morais, o valor da indenização deve ser reduzido; 6) os juros de mora sobre os danos materiais devem incidir a partir da sentença ou, alternativamente, desde a data da citação; 7) as custas de sucumbência devem ser rateadas proporcionalmente, pois o apelado decaiu em maior parte do pedido.

O autor interpôs apelação adesiva (fls. 1.015/1.030), alegando, em síntese: 1) a pretensão do autor não está prescrita, pois aplica-se ao caso o prazo prescricional de 10 anos, previsto no artigo 205 do Código Civil, e houve interrupção da contagem em 2011; 2) a ré cedeu a série “Castelo Rá-Tim-Bum” à Globo Internacional, recebendo para tanto vantagens comerciais, razão pela qual deve indenizar o autor material e moralmente; 3) os danos morais devem ser majorados para R\$240.000,00, pois a falta de pagamento da remuneração a que fazia jus o autor implicou na perda da chance de investir em seus sonhos e projetos profissionais; 4) ante o trabalho desenvolvido pela advogada do autor, os honorários advocatícios devem ser majorados para 20% do valor da condenação.

As partes apresentaram contrarrazões (fls. 1.031/1.046 e 2.053/2.064).

Regularmente processados os recursos, com preparo a apelação da ré (fls. 995/996) e sem preparo a apelação do autor, pois é beneficiário da justiça gratuita (fls. 691).

É o relatório.

Ao contrário do que sustenta o autor, sua pretensão está prescrita em parte, contudo, não desde a data fixada pela r. sentença, como se passará a demonstrar. Pelo que se deduz dos autos, a série em questão foi lançada na televisão em 1993 e suas retransmissões passaram a ocorrer a partir de 1994.

O prazo prescricional previsto pelo artigo 178, §10º, inciso VII, do Código Civil de 1916, em vigor à época, era de 5 anos. Contudo, o artigo 131 da Lei no 5.988/73 revogou referido dispositivo.

A Lei no 5.988/73 foi revogada pela Lei no 9.610/98, e como o art. 111 da lei revogadora foi vetado, passou a ser aplicado o prazo prescricional de 20 anos previsto no artigo 177 do Código Civil de 1916.

Deve-se levar em conta, ainda, que o requerente era absolutamente incapaz na época em que a série foi lançada e reexibida, portanto, não corria contra ele prescrição, nos termos do artigo 169, inciso I, do mesmo Código (atual artigo 198, I).

O autor completou 16 anos em 19/07/2001 (fls. 22), quando então começou a correr o prazo prescricional.

Contudo, com a entrada em vigor do Código Civil de 2002, em 11/01/2003, por força de seu artigo 2.028, passou a ser aplicado, a partir desta data, o prazo prescricional previsto no novo código.

Nos termos do artigo 206, §3o, inciso V, do Código Civil de 2002, é de 3 anos o prazo prescricional para pretensão de reparação civil.

Desta maneira já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

“CIVIL E PROCESSO CIVIL. DIREITO AUTORAL. PRESCRIÇÃO. DIES A QUO. PRAZO. NOVO CÓDIGO CIVIL. REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 2.028. CONTAGEM. 1. O art. 189 do CC/02 consagrou o princípio da actio nata, fixando como dies a quo para contagem do prazo prescricional a data em que nasce o direito subjetivo de ação por violação de direito, independentemente da efetiva ciência da vítima. 2. O art. 131 da Lei no 5.988/73 revogou o art. 178, § 10, VII, do CC/16, pois regulou inteiramente a matéria tratada neste. 3. Revogada a Lei no 5.988/73 pela Lei no 9.610/98 e como o art. 111 da lei revogadora (que dispunha sobre prazo prescricional) foi vetado, a matéria atinente à prescrição das ações relacionadas a direitos autorais patrimoniais passou a ser regida pelo art. 177 do CC/16, aplicando-se o prazo prescricional de 20 anos, visto que não houve previsão expressa de repristinação do art. 178, § 10, VII, do CC/16, conforme exige o art. 2o, § 3o, da LICC. 4. O CC/02 não prevê um prazo prescricional específico para a violação de direitos do autor, de sorte que, com o seu advento, a matéria passou a ser regulada pelo art. 206, § 3o, V, que fixa um prazo prescricional de 03 anos para a pretensão de reparação civil, dispositivo de caráter amplo, em que se inclui a reparação de danos patrimoniais suportados pelo autor de obra intelectual. 5. Se, pela regra de transição do art. 2.028 do CC/02, há de ser aplicado o novo prazo de prescrição, o marco inicial de contagem é o dia 11.01.2003, data de entrada em vigor do novo Código Civil, e não a data do fato gerador do direito. Precedentes. 6. Recurso especial provido.” (Recurso Especial no 1.168.336 RJ, Min. Rel. Nancy Andrighi, data de julgamento: 22/03/2011)

Assim, considerando que a ação foi proposta em 18/07/2013, está prescrita a pretensão indenizatória do autor referente ao período anterior a 18/07/2010.

Ressalte-se que a notificação (fls. 54/55) e os e-mails trocados entre as partes (fls. 57/65) não interromperam a contagem do prazo prescricional, porquanto não configuram qualquer das hipóteses do artigo 202 do Código Civil.

No mais, o recurso da ré não comporta provimento e o recurso do autor comporta parcial provimento.

Afirma o autor, na petição inicial, que, em 15/07/1993, firmou com a ré contrato de prestação de serviços e de autorização de uso de voz, imagens, interpretações e de obras intelectuais/artísticas (fls. 23/27), através do qual foi contratado para interpretar o personagem “Zequinha” da série televisiva “Castelo Rá-Tim-Bum”.

Alega, ainda, que referida série vem sendo retransmitida por aproximadamente 19 anos, bem como foi cedida à Globo Internacional, sem que houvesse pagamento de seus direitos conexos e de uso de voz e imagem.

Pleiteia, assim, a condenação da requerida ao pagamento de seus direitos por cada retransmissão dos episódios, indenização pela cessão não onerosa da série, bem como indenização por danos morais.

O contrato foi firmado sob a égide das Leis no 5.988/73 e 6.533/78, cujas disposições devem ser observadas.

De acordo com o artigo 13 e parágrafo único da Lei no 6.533/78:

“Art . 13 - Não será permitida a cessão ou promessa de cessão de direitos autorais e conexos decorrentes da prestação de serviços profissionais.

Parágrafo único - Os direitos autorais e conexos dos profissionais serão devidos em decorrência de cada exibição da obra.”

À luz do referido dispositivo, os direitos autorais são devidos ao intérprete por cada exibição e retransmissão da obra, independentemente da autorização para exploração econômica desta.

Nesse sentido:

“DIREITOS CONEXOS - Dublagem - Reexibições sem os créditos e a devida remuneração - O dublador realiza atividade criativa para que haja perfeita sincronia entre o texto original e aquele então traduzido, exprimindo as mesmas emoções, entonações e interjeições de maneira a valorizar a obra original, o que justifica a proteção de sua atuação - Direitos conexos do dublador devidos em decorrência de cada exibição da obra - A autorização para exploração econômica da obra não importa em renúncia tácita ao recebimento das importâncias devidas por cada uma das reexibições, ainda que na mesma modalidade de reprodução, com o que não se confunde, a não ser que haja expressa disposição de renúncia ao direito de reprodução da voz, direito renunciável, diverso do direito da personalidade, o que não se presume, sob pena de enriquecimento indevido do explorador da obra, que lucra com isso - Danos materiais e moral caracterizados - Valor do dano moral mantido - Indenização material restrita à primeira temporada que foi exibida – Futuras reexibições com a dublagem do autor que devem ser a ele previamente comunicadas para que possa negociar ou cobrar a importância que lhe for devida, ainda que não dependam de sua autorização, uma vez que a exploração econômica da obra coletiva audiovisual compete ao produtor, devendo, também, constar dos créditos como dublador do personagem Jack Buer, sob pena de multa única de R\$ 20.000,00, a primeira hipótese, e de R\$ 10.000,00 por exibição sem os devidos créditos - Prejudicada a divulgação do nome do autor com destaque como autor da dublagem do referido personagem, pela não veiculação atual do seriado - Recursos providos em parte.” (Apelação no 0197034-57.2012.8.26.0100, Des. Rel. Alcides Leopoldo e Silva Júnior, data de julgamento: 05/07/2016, 1a Câmara de Direito Privado TJSP g.n.)

Ressalte-se que, ao contrário do que alega a ré, a Lei no 6.533/78 é aplicável ao caso, nos termos do que dispõem os seus artigos 2o e 3o:

“Art . 2o - Para os efeitos desta lei, é considerado: I - Artista, o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública.

Art . 3o - Aplicam-se as disposições desta lei às pessoas físicas ou jurídicas que tiverem a seu serviço os profissionais definidos no artigo anterior, para realização de espetáculos, programas, produções ou mensagens publicitárias.”

No caso dos autos, o contrato firmado entre as partes expressamente prevê:

“Cláusula quarta: Em remuneração aos serviços ora contratados e à autorização de uso de imagem, voz e interpretações cênicas nas obras intelectuais/artísticas, objeto deste instrumento, outorgada em decorrência de seus direitos conexos, a contratante pagará ao contratado a importância mensal de Cr\$33.406.020,00 (trinta e três milhões, quatrocentos e seis mil e vinte cruzeiros) até o 10o (décimo) dia do mês seguinte ao vencido, sujeita às deduções legais.” (fls. 24)

“Cláusula sétima: O contratado outorga à contratante, desde já, autorização para fazer uso da obra objeto deste instrumento e das obras dela derivadas, com uso da sua imagem, voz e interpretação cênica:

7.1 Em caráter exclusivo, para o fim de sua inserção na série de programas intitulada “Castelo Rá-Tim-Bum”, a ser produzida pela contratante e para fim de difusão dessa série pela “TV Cultura de São Paulo”, e por qualquer outra emissora de rádio e televisão por ela autorizada, sem limitação de tempo, de âmbito territorial (Brasil e exterior) e de número de emissões” (fls. 25).

Pela leitura das citadas cláusulas contratuais, não houve cessão de direitos autorais pelo autor à requerida, mas apenas autorização para que fosse feito uso da obra sem limitação de tempo, de âmbito territorial ou de número de emissões, o que não implica em utilização gratuita de seu trabalho, ao contrário do que alega a ré.

Ademais, ainda que o artigo 52 da Lei no 5.988/1973 permita a cessão de direitos de autor, tal dispositivo é contrário ao citado artigo 13 da Lei no 6.533/1978 que, por ser posterior, deve prevalecer.

Desta forma, como bem decidiu a r. sentença:

“(…) da leitura do contrato firmado entre as partes, juntado às fls. 23/32, em nenhum momento se extrai que o autor autorizou, previamente, a ré a exibir os capítulos quantas vezes entender como necessária sem qualquer tipo de contraprestação.

A cláusula sétima da avença não retira o direito do autor em perceber seus direitos conexos, mas sim autoriza a ré a retransmitir a série sem que seja necessária a anuência do requerente, mas deverá haver a remuneração correspondente.

Reforça este entendimento o fato de que a própria ré indica a cláusula quarta do contrato como sendo aquela em que o requerente a autorizou a veicular o programa e que já foi onerado por isso. Entretanto, da leitura da referida disposição, transcrita abaixo, em nenhum momento esta faz referência a novas transmissões, mas sim valor mensal a ser pago ao artista quando da exibição da obra, o que não inclui as veiculações sucessivas da película que ocorreram após.

Nesta senda, a remuneração mensal faz referência aos meses em que a rede de televisão exibir a série e que não houve pagamento prévio ao autor no que tange a todas as vezes que a animação foi transmitida” (fls. 925).

Portanto, o autor faz jus ao recebimento de remuneração mensal por cada mês em que a obra foi retransmitida pela rede de televisão ré, nos termos do contrato firmado entre as partes e da garantia prevista em lei.

Cumprir observar que o artigo 37 da Lei no 5.988/1973 não retira o direito do artista de receber sua remuneração pelo trabalho desenvolvido.

Os juros de mora e a correção monetária devem incidir a partir de cada exibição, nos termos do artigo 397 do Código Civil de 2002 (artigo 960 do Código Civil de 1916).

Por outro lado, não assiste razão ao requerente no que diz respeito à indenização pela cessão da obra à Globo Internacional.

Isto porque, referida cessão foi feita de modo gratuito, conforme restou incontroverso, ao passo que o contrato apenas prevê o direito à remuneração adicional em caso de cessão onerosa:

“Cláusula oitava: No caso de cessão onerosa a terceiros, no Brasil e no Exterior, dos direitos de exibição ou transmissão de programa da série com participação do contratado em parte ou de sua totalidade, o contratado terá direito a uma remuneração adicional, a título de direitos de 1 Salvo convenção em contrário, no contrato de produção, os direitos patrimoniais sobre obra cinematográfica pertencem ao seu produtor. participação individual, calculada sobre o montante de

8% (oito por cento) da receita líquida auferida pela contratante com a referida cessão, na porcentagem que sua remuneração representar em relação ao total das remunerações contratadas, para a produção da série, com os demais titulares de direitos de autor e conexos” (fls. 26).

Desta forma, não tendo a ré auferido lucros com a cessão, uma vez que esta foi feita de modo gratuito, o autor não faz jus ao recebimento de remuneração adicional ou indenização, sobretudo porque autorizou a difusão da obra sem limitação da âmbito territorial (cláusula sétima, item 7.1 fls. 25).

Outrossim, a exibição da série televisiva sem que houvesse a devida remuneração ao autor configurou danos de ordem moral. Isto porque houve afronta ao direito de imagem do requerente, cuja inviolabilidade é expressamente assegurada pela Constituição Federal, em seu artigo 5o, inciso X.

Ademais, a atitude da ré implicou no não reconhecimento do trabalho artístico do autor, em afronta ao prestígio de sua profissão, sobretudo ante a vantagem econômica obtida em proveito de sua imagem, sem que houvesse o pagamento da contraprestação.

Cumprir observar que não há necessidade de comprovação dos danos morais experimentados, pois se aplica ao caso, por analogia, a Súmula no 403 do Superior Tribunal de Justiça², porquanto, ainda que houvesse autorização para utilização da obra, esta deveria ser feita mediante pagamento de contraprestação ao autor.

Os direitos morais do autor estão expressamente garantidos pelos artigos 21 e 28 da Lei no 5.988/1973, bem como pelos artigos 22, 27 e 92 da Lei no 9.610/1998, atualmente em vigor.

O valor da indenização arbitrado em sentença, no entanto, se mostra adequado e não deve ser majorado, pois, ao contrário do que afirma o autor, não há que se falar em perda de uma chance pelo não recebimento da remuneração.

Como bem resolveu a r. sentença:

“(…) no caso sob exame, não há como interpretar que a atitude da ré, no caso concreto, impediu o autor de prosseguir em sua 2 Independente de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais, vida acadêmica e profissional. Não se trata de um fato consumado e real, como determina o instituto aqui tratado, mas sim de fato hipotético, cuja probabilidade não é auferível: poderia o autor investir ou não em sua carreira ou em outros anseios de sua vida. Além disso, nada impediu o autor de qualificar-se ou não artisticamente, não podendo se atribuir à ré que o requerente não concorreu em melhores condições no meio em que atua. Há um distanciamento muito grande entre a alegação do autor e a atitude da requerida, que não podem ser correlacionadas, até mesmo porque não houve perda da possibilidade de concorrência, pois, como já ressaltado, o autor poderia, através de outros meios, obter o resultado que afirma perdido. Nesta linha de raciocínio, a certeza da chance perdida encontra-se pouco aparada nos autos e muito menos possui liame de causalidade com a atitude da ré no não pagamento dos direitos conexos referentes às reexibições do seriado, o que implica também em ausência de pressuposto para a caracterização do dever de indenizar e do próprio instituto da perda de uma chance.

Não há qualquer comprovação nos autos de que o requerente amargou algum tipo de perda ou de que foi preterido em qualquer processo de seleção de artistas em razão do fato descrito na inicial, mas sim se trata de uma chance hipotética e aleatória e deve, portanto, ser julgada improcedente” (fls. 928).

Sobre a aplicação da teoria da perda de uma chance, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

“A teoria da perda de uma chance incide em situações de responsabilidade contratual e extracontratual, desde que séria e real a possibilidade de êxito, o que afasta qualquer reparação no caso de uma simples esperança subjetiva ou mera expectativa aleatória.” (Recurso Especial nº 614.266 MG, Min. Rel. Ricardo Villas Bôas Cueva, data de julgamento: 18/12/2012)

Feitas essas considerações, o valor da indenização por danos morais, fixado em R\$25.000,00 pela r. sentença, deve ser mantido, pois é suficiente para compensar os abalos sofridos pelo autor, sem ocasionar enriquecimento sem causa.

Por fim, considerando o trabalho desenvolvido pelo advogado do autor, sobretudo o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa e o tempo exigido para o seu serviço, mantenho o valor dos honorários advocatícios fixados em sentença, publicada na vigência do Código de Processo Civil de 1973, nos termos do Enunciado Administrativo nº 7 do E. Superior Tribunal de Justiça.

As verbas de sucumbência devem ser arcadas integralmente pela ré, pela aplicação do princípio da causalidade.

Assim, a r. sentença deve ser parcialmente reformada, apenas para alterar o período em que o autor faz jus ao pagamento de seus direitos conexos, cujo termo inicial será 18/07/2010, até as atuais e futuras exhibições.

Por tais fundamentos, nega-se provimento ao recurso da ré e dá-se parcial provimento ao recurso do autor, nos termos da fundamentação supra.

FERNANDA GOMES CAMACHO Relatora

I.4 – STJ Resp nº 152.231 – Gualberto Mattucci x Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas;

RECURSO ESPECIAL Nº 152.231 - SP (1997/0074916-9)

RELATOR: MINISTRO BARROS MONTEIRO

RECORRENTE: GUALBERTO MATTUCCI

ADVOGADO : SÉRGIO FAMA D'ANTINO E OUTROS

RECORRIDO : FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA

ADVOGADO : FERNANDO JOSÉ DA SILVA FORTES E OUTRO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO QUARTA TURMA

Número Registro: 1997/0074916-9

Número Origem: 2651971

PAUTA: 07/04/2005

JULGADO: 07/04/2005

Relator Exmo. Sr. Ministro BARROS MONTEIRO

EMENTA RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. LOCUTOR/APRESENTADOR DE PROGRAMAS. DIREITOS CONEXOS AO DIREITO AUTORAL. REEXIBIÇÃO/RETRANSMISSÃO DE DOCUMENTÁRIOS PELA FUNDAÇÃO RÉ. REMUNERAÇÃO DEVIDA AO ORA RECORRENTE, NÃO OBSTANTE TRATAR-SE DE OBRA COLETIVA. – “Direitos conexos” reputam-se direitos “vizinhos” ou “análogos” ao direito de autor que, tanto quanto este, recebem a proteção da lei. Não obstante tratar-se de obra coletiva, ao demandante, na qualidade de locutor/apresentador, assistem os direitos conexos, relativos a cada reexibição ou retransmissão de programas de que participou. Recurso especial

conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas: Decide a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, na forma do relatório e notas taquigráficas precedentes que integram o presente julgado. Votaram com o Relator os Srs. Ministros Cesar Asfor Rocha, Fernando Gonçalves e Aldir Passarinho Junior. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Jorge Scartezzini. Brasília, 7 de abril de 2005 (data do julgamento). MINISTRO BARROS MONTEIRO Relator

RELATÓRIO

O SR. MINISTRO BARROS MONTEIRO: Gualberto Mattucci ajuizou ação indenizatória contra a “Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas”, sob a alegação de que atuou como locutor e apresentador da ré no período de 1980 a 1990, prestando serviços pelo regime trabalhista, sendo demitido, afinal, sem justa causa. Esclareceu que, nesse período, trabalhou em vários programas, mas foi remunerado tão-somente na primeira exibição. Acrescentou que esses trabalhos artísticos vêm sendo reexibidos não apenas pela ré, como também por outras TVs educativas, sem a sua autorização e sem que ele – o autor – aufera qualquer quantia pelos direitos conexos a que faz jus, conforme previsto nas Leis n. 5.988/73 e n. 6.533/78. A sentença julgou improcedente o pedido inicial, à consideração de que os direitos morais e patrimoniais das obras, por configurarem programas com produção coletiva, pertencem à ré, não lhe sendo exigível o dever de, na hipótese de venda ou reexibição, solicitar autorização dos artistas. O Tribunal de Justiça de São Paulo, à unanimidade de votos, negou provimento ao apelo do autor, em acórdão que porta a seguinte ementa: “INDENIZAÇÃO – IMPROCEDÊNCIA – DIREITO DO AUTOR – trabalho em equipe – autoria que pertence a empresa empregadora – inexistência de ato ilícito – inteligência do art. 15 da Lei 5988/73 – recurso improvido.” (Fl. 602). Inconformado, o autor manifestou recurso especial com arrimo nas alíneas “a” e “c” do admissor constitucional, apontando negativa de vigência aos arts. 13, caput e parágrafo único, da Lei n. 6.533/78; 4º, 94 e seguintes da Lei n. 5.988/73, além de dissenso jurisprudencial. Asseverou que na obra coletiva se inserem os direitos autorais e os conexos, sendo aqueles pertencentes a quem tem a titularidade da obra, in casu, a recorrida, enquanto os conexos pertencem aos artistas, intérpretes e executantes. Aduziu que o acórdão recorrido “reconheceu a atribuição de artista do Recorrente, mas confundiu-se ao julgar a pretensão como sendo um pedido de indenização de direitos autorais e não de direitos conexos.” Acentuou que, apesar de se tratar de uma obra coletiva sobre a qual incidem os direitos autorais da recorrida, não se pode negar a existência dos direitos conexos do recorrente, que teve a sua voz utilizada sem autorização e sem remuneração, em diversas reexibições dos programas. Acrescentou que o fato de o autor ter sido empregado da fundação ré não serve para elidir o pagamento dos direitos conexos a que tem direito, pois eles não estão jungidos aos efeitos da relação empregatícia. Oferecidas as contra-razões, o apelo extremo foi admitido na origem. Parecer do Ministério Público Federal pelo improvimento do recurso especial. É o relatório.

VOTO

O SR. MINISTRO BARROS MONTEIRO (Relator): A sentença e o acórdão recorrido negaram ao autor o direito de haver a indenização pelo uso de sua voz e imagem em reexibições de programas nos quais figurara ele como

locutor/apresentador. Assim decidiram as instâncias ordinárias, ao fundamento de se cuidar, na espécie, de “obra coletiva” realizada por diversas pessoas e organizada por empresa, em cujo nome é veiculada. Acentuaram as decisões objurgadas que o autor fazia parte de uma equipe, não se tratando, pois, de um trabalho isolado. Em suma, consideraram, com fincas no art. 15 da Lei n. 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que o autor não é titular de direitos morais e que à fundação ré não era exigível a sua prévia autorização para a reexibição ou cessão daqueles programas. Assim o fazendo, o Tribunal de origem contrariou as normas dos arts. 4º, XII, 94 e 95 da citada Lei n. 5.988/73. Inegável é que a fundação ora recorrida é a titular dos direitos autorais relativos aos documentários que concebeu e estruturou, com o emprego de seus recursos materiais e humanos, dos quais o demandante participava como locutor e apresentador. Entretanto, distintos dos direitos autorais são os direitos que lhe são conexos, previstos nos arts. 94 e 95 do diploma legal acima mencionado. “Direitos conexos” reputam-se como direitos “vizinhos” ou “análogos” ao direito de autor que, tanto quanto este, recebem a proteção da lei. Destarte, não obstante cuidar-se no caso de uma “obra coletiva”, ao autor, na qualidade de locutor/apresentador, assistem os direitos conexos, isto é, aqueles devidos em cada reexibição ou retransmissão do programa de que participou. É a tutela que lhe defere o legislador pelo componente artístico que carreou com a sua imagem e, sobretudo, com a sua voz. O acórdão recorrido não deixa de reconhecer o cunho artístico do trabalho prestado pelo ora recorrente, o que, de resto, deflui da regra inscrita no art. 4º, XII, da Lei n. 5.988, de 1973. Esta Corte já teve ocasião de reconhecer os direitos conexos – de que são titulares os artistas, intérpretes e executantes – como direito autônomo, independente dos direitos autorais de que desfruta a empresa organizadora do programa. Refiro-me ao Resp n. 148.781-SP, de minha relatoria, de cuja ementa se colhe: “Os direitos de autor, reconhecidos em lei, não são excludentes dos direitos conexos de que são titulares os artistas, intérpretes e executantes, partícipes da obra cinematográfica. Antes, estes são por ela também protegidos”. Pela primeira exibição das produções coletivas o autor nada postula. O seu reclamo situa-se precisamente nos denominados “direitos conexos” que lhe são devidos pelas reexibições e retransmissões por outras emissoras educativas. Ao versar sobre os indigitados “direitos conexos”, Carlos Fernando Mathias de Souza inclui entre os seus titulares todos os “atores, cantores, músicos, bailarinos ou outras pessoas que representem um papel, cantem, recitem, declamem, interpretem ou executem em qualquer forma obras literárias ou artísticas ou expressões de folclore.” E conclui: “como se vê o conceito de artista em direito autoral não é rigorosamente o mesmo que está na Lei 6.533/78. Na Lei dos Direitos Autorais, de forma mais ampla, estão sob o manto de artistas, também os radialistas e os grupos folclóricos” (Direito Autoral – Legislação Básica, pág. 45, ed. 1988). Eliane Y. Abrão, em seu trabalho intitulado “Direitos de Autor e Direitos Conexos”, leciona a propósito: “Com efeito, a obra do artista intérprete é uma criação original do espírito, devendo ser protegida à parte do esforço físico e pessoal do trabalhador intelectual. Pode representá-lo ao vivo, e a criação renova-se e esgota-se em cada representação. E podem fixá-la num suporte mecânico para exibições posteriores. A partir da fixação, é uma obra autônoma que, em função de sua utilização, e da possibilidade de multiplicação, confere direitos patrimoniais ao seu titular, que é o artista intérprete.” (pág. 196, 1ª ed.). Nesses termos, constatado mediante as provas pericial e testemunhal que os programas “Universo Mecânico”, “Cultura Documento – Anos 30”, “Viajantes do Tempo – 1990” e “Fim do Império” foram pela ré reexibidos, havendo notícia ainda

de que vários deles foram apresentados em outras emissoras educativas, resulta claro que o autor faz jus à indenização pelos “direitos conexos” previstos na lei, cujo montante deverá ser apurado em liquidação por artigos (art. 608 do CPC). Era exigível, sim, da fundação ré obter previamente a autorização do autor (arts. 94 e 95 da Lei n. 5.988/73). A cada reexibição ou retransmissão, ainda que por outra emissora educativa, faz jus o ora recorrente a uma remuneração, a ser fixada na oportunidade em liquidação, com a necessária moderação e com apoio nos valores vigentes do mercado, considerada ainda a circunstância de tratar-se de mera reapresentação. Eventuais futuras veiculações não podem ser objeto de condenação, visto que implicaria a prolação de um decisório condicional. Assim, caso se reproduzam no vindouro, novo pedido deverá ser formulado. Ainda que à espécie dos autos não se apliquem os cânones insertos na Lei n. 6.533, de 24.5.1978, são pertinentes no caso e reforçam o direito do recorrente as normas dos arts. 17, caput, e parágrafo único, da Lei n. 6.615, de 16.12.1978, que veio dispor sobre a regulamentação da profissão de radialista. Rezam os aludidos preceitos: “Art. 17 – Não será permitida a cessão ou promessa de cessão dos direitos de autor e dos que lhes são conexos, de que trata a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, decorrentes da prestação de serviços profissionais. Parágrafo único - Os direitos autorais e conexos dos profissionais serão devidos em decorrência de cada exibição da obra.” Não importa, para a solução da lide, a circunstância de haver sido o autor empregado vinculado à fundação ré pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Trata-se aqui, como dito, de direitos conexos ao direito autoral, reconhecidos em prol do demandante na condição de locutor e apresentador de programas. A relação empregatícia não exclui o direito do litigante (REsp n. 7.757-0/SP, relator Ministro Cesar Asfor Rocha; REsp n. 57.449-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira). Tampouco releva o fato de a fundação ré não comercializar os programas em questão, dado que, não obstante a sua finalidade educativa, o que a lei resguarda é o direito do intérprete ou executante da obra. A ninguém é lícito tirar proveito em detrimento de outrem. Apenas não se aperfeiçoa in casu o dissídio de julgados, uma vez que o apelo especial nesse ponto colaciona um aresto emanado do próprio Colegiado prolator da decisão recorrida (Súmula n. 13-STJ), enquanto com relação ao outro decisum paradigmático, não procedeu ele ao confronto analítico, tal como impõem os pressupostos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º, do RISTJ. Isso posto, conheço do recurso pela alínea “a” do admissor constitucional e dou-lhe parcial provimento para julgar procedente, em parte, a ação e condenar a fundação ré a pagar ao autor “os direitos conexos” pela reexibição/retransmissão dos programas de que participou como locutor/apresentador, a serem apurados oportunamente em liquidação por artigos. Ao principal acrescentar-se-ão os juros de mora, a contar de cada uma das reexibições (Súmula n. 54-STJ), as custas processuais em proporção (3/4) e os honorários advocatícios, fixados em 15% (quinze por cento) sobre o montante final da condenação. O autor arcará, por sua vez, com 1/4 das custas e despesas processuais. É como voto.

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão: A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso e deu-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Cesar Asfor Rocha, Fernando Gonçalves e Aldir Passarinho Junior votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente,

justificadamente, o Sr. Ministro Jorge Scartezzini. Brasília, 07 de abril de 2005
CLAUDIA AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE BECK Secretária

II - ORGANOGRAMA DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS CONEXOS NO BRASIL:

Em atenção ao quanto estudado ao longo da presente exposição e com o intuito de facilitar o entendimento das proposições realizadas, da forma de interpretação da questão em debate, qual seja a possibilidade de cessão dos direitos conexos ao de autor e ainda como forma metodológica de aprendizado, propõe ainda um organograma como forma de melhor apresentar a questão objeto e a conclusão ora alcançada.

Referida ferramenta pode ser utilizada pelo jurista quando da análise de um caso prático que verse sobre a possibilidade de cessão dos direitos conexos no Brasil desde o período anterior à Lei 6.533 de 1978, bem como para fins de estudo, com o intuito de apresentar a insegurança jurídica existente e debater o tema de maneira introdutória e concisa.

Ressalte-se que o organograma fornece um método de ensino e análise da questão de maneira mais individual, levando a reflexão do seu público alvo acerca das problemáticas da legislação pátria como um todo e das possíveis ramificações, excepcionalidades e soluções para cada caso em concreto. Referida ferramenta demanda também um esforço de interpretação para a sua completa absorção, o que reforça o entendimento acerca da possibilidade de cessão ou não existente no artigo 13, conforme amplamente explanado ao longo da exposição.

²²⁹ SOLER, Fernanda Galera. Organograma desenvolvido especialmente para a dissertação de mestrado e explanações acerca da legislação pátria envolvendo a possibilidade de cessão de direitos conexos ao de autor.

III - RESULTADOS OBTIDOS PELA PESQUISA DE MERCADO:

Conforme explanado ao longo do presente trabalho, com o intuito de melhor esclarecer os pontos apontados no estudo e ainda conseguir realizar uma análise prática da questão foram convidados 34 advogados e profissionais que atuam na área de Direitos Autorais (em sentido amplo) e que tem amplo conhecimento sobre o setor/mercado de audiovisual brasileiro, para participarem de uma pesquisa de mercado com o fulcro de entender aclarar o impacto social do artigo 13, da Lei 6.533 de 1978.

Para tanto, foram selecionados advogados que representam as programadoras que atuam no mercado audiovisual brasileiro, emissoras de radiodifusão, produtoras nacionais independentes e até mesmo de artistas e para prestarem os esclarecimentos necessários acerca do seu entendimento do setor e da possibilidade de cessão tema do presente trabalho.

A escolha de tais profissionais foi realizada por meio do envio de e-mail para as cinco principais emissoras de televisão do país, líderes de audiência, as programadoras, atuantes no segmento de televisão paga, associadas a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), os advogados indicados pelo rankings da carreira como destaque dentro das áreas de Direito do Entretenimento, Direito Autoral e/ou Direito das Telecomunicações.

Com o intuito de não expor os profissionais, manter o sigilo/confidencialidade de suas opiniões sobre o mercado e ainda garantir a devida isonomia na pesquisa, não houve a identificação dos participantes no formulário encaminhado por e-mail para os advogados convidados.

Para facilitar a gestão e a realização da pesquisa foi elaborado um formulário com 21 perguntas, as quais estavam em português e em inglês, através da plataforma “Google Forms”, o qual foi encaminhado aos participantes com a mesma mensagem, que segue abaixo recortada, a qual explanava o tema do trabalho e pedia a participação dos profissionais:

“A minha dissertação de mestrado versa sobre os direitos conexos ao de autor dos artistas/intérpretes nas obras audiovisuais e eu estou realizando uma pesquisa com advogados brasileiros e estrangeiros que atuam nesta área a fim de discutir e entender o efeito da flexibilização da cessão dos direitos conexos.

O intuito da pesquisa é entender os desígnios/interesses da indústria do audiovisual e, se possível, entender também os efeitos do artigo 13, da Lei nº 6.533/1978, que prevê a vedação a possibilidade de cessão dos direitos conexos ao de autor dos artistas e interpretes.

Como minha dissertação versa sobre a possibilidade de cessão desses direitos, mesmo com a previsão do artigo 13, é de suma importância entender a aplicabilidade e efetividade deste artigo desde sua criação até os dias de hoje.

Caso você não se importe, você poderia fazer a gentileza de participar da pesquisa em comento, respondendo às perguntas que estão no website abaixo?

*https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdvK0pJ5WQtA5LlhXrrgwBaNezyHLYPTVQ3KHlhXipAWixg3A/viewform?usp=pp_url*²³⁰

Ademais, acerca da metodologia e do formato em que foi realizada a pesquisa, sabendo-se das práticas de mercado, do escasso tempo dos profissionais e do desinteresse humano em participação de pesquisas extensas, o teor da mesma foi simplificado para buscar uma maior participação dos convidados. As perguntas somente permitiam como resposta duas possibilidades, “sim” ou “não”, cabendo ao profissional interessado de abordar um outro tema ao final deixar os seus comentários.

Outrossim, ao acessarem o formulário os profissionais consultados foram informados novamente do tema da pesquisa e da confidencialidade de sua resposta, conforme abaixo informado:

“As perguntas abaixo são realizadas apenas para fins de estudo e são referentes aos direitos de autor, os que lhe são conexos e o mercado audiovisual.

A identidade dos participantes não será de qualquer modo revelada e/ou divulgada por qualquer meio.

Para simplificar e agilizar a pesquisa, as perguntas foram elaboradas para conter como resposta apenas duas opções, e em sua maioria as respostas deverão ser apenas “sim” ou “não”, sendo deixado um espaço ao final para aqueles que quiserem contribuir com o presente estudo insiram a sua opinião e/ou sugestão acerca do tema.

Essa pesquisa estará disponível para preenchimento até o dia 11/07/2018.”

Sendo certo que apesar de tal zelo, houve a participação de 15 dentre os profissionais convidados, sendo que o formulário de pesquisa permaneceu aberto por cerca de dois meses, de 18 de maio de 2018 à 18 de julho de 2018, com o intuito de tentar incluir os participantes potencialmente atrasados.

Os quais se depararam com as perguntas abaixo relacionadas:

1. *Você é um advogado que atua na área de direito do entretenimento com foco em obras audiovisuais?*

2. *Qual é o tipo de empresa/escritório que você trabalha?*

Excepcionalmente para essa questão foram fornecidas as seguintes possibilidades de resposta: Distribuidora, Programadora, Produtora,

²³⁰ O acesso ao website foi desativado em 19 de julho de 2018 para evitar que novos participantes realizem a pesquisa e modifiquem o resultado auferido.

Escritório de Advocacia, Associação de Artistas e/ou Intérpretes, Artistas e/ou Intérprete.

3. *Você conhece o que são e quais são direitos conexos ao de autor dos artistas e intérpretes?*
4. *Você acredita que os artistas e intérpretes fazem jus a um direito conexo ao de autor por suas interpretações?*
5. *Você acredita que é viável a impossibilidade de cessão de um direito de autor ou de um direito conexo?*
6. *Você é favorável a impossibilidade de cessão de um direito de autor ou de um direito conexo?*
7. *Você conhece a Lei nº 6.533/1978?*
8. *Você conhece o art. 13 da Lei 6.533 de 1978, que versa sobre a vedação de cessão de direitos autorais e dos direitos conexos ao de autor?*
9. *Você concorda com a redação do artigo? "Art. 13 - Não será permitida a cessão ou promessa de cessão de direitos autorais e conexos decorrentes da prestação de serviços profissionais."*
10. *Você é favorável a extinção do art. 13?*
11. *Você é favorável a modificação do art. 13, apenas para determinar que ele se aplica a relações de emprego?*
12. *Você é favorável a alteração do art. 13 para que ele determine/especifique que sua aplicabilidade se estende a qualquer negociação/ contratação envolvendo artistas e intérpretes?*
13. *Caso esse artigo e a vedação de cessão dos direitos conexos ao de autor, seja aplicável para todos os contratos com artistas e intérpretes, você acredita que ele dificultaria a circulação das obras audiovisuais?*
14. *Caso esse artigo e a vedação de cessão dos direitos conexos ao de autor, seja aplicável para todos os contratos com artistas e intérpretes, você acredita que ele dificultaria as negociações envolvendo tais titulares de direitos?*
15. *Caso esse artigo e a vedação de cessão dos direitos conexos ao de autor, seja aplicável para todos os contratos com artistas e intérpretes no Brasil, você acredita que isso poderia ser um desincentivo a produção de conteúdos nacionais?*
16. *Caso esse artigo e a vedação de cessão dos direitos conexos ao de autor, seja aplicável para todos os contratos com artistas e intérpretes, você acredita que haveria o aumento ou a diminuição do custo para a produção de uma obra audiovisual?*
17. *Você acredita que a flexibilização dos direitos autorais e dos conexos poderia auxiliar o desenvolvimento da indústria do entretenimento/audiovisual no Brasil?*
18. *Você acredita que um sistema de direitos autorais mais parecido com o norte americano poderia favorecer o desenvolvimento do audiovisual no Brasil?*
19. *Você é favorável a alteração da legislação de direitos autorais como um todo no país?*
20. *Você tem interesse em receber o resultado desse estudo?*
21. *Você acredita que o estudo sobre direitos autorais pode auxiliar no desenvolvimento do mercado audiovisual?"*

Entendidos os motivos da pesquisa, sua relevância e a sua realização, seguem abaixo os resultados finais obtidos através dos gráficos de participação²³¹, ressaltando-se que a opinião de cada profissional equivale à 6,7% do gráfico.

²³¹ SOLER, Fernanda Galera. Pesquisa de mercado acerca da aplicabilidade da cessão de direitos conexos ao de autor no audiovisual. Realizada durante o período de 21 de maio de 2018 a 19 de julho de 2018.

1. Você é um advogado que atua na área de direito do entretenimento com foco em obras audiovisuais? / (...rights with focus on audiovisual works?)

15 responses

2. Qual é o tipo de empresa/escritório que você trabalha? / (2. Which kind of company/office do you work for?)

15 responses

3. Você conhece o que são e quais são direitos conexos ao de autor dos artistas e intérpretes? / (...artists and performers related rights are?)

15 responses

4. Você acredita que os artistas e intérpretes fazem jus a um direito conexo ao de autor por suas interpretações? ... right because of their performance?)

15 responses

5. Você acredita que é viável a impossibilidade de cessão de um direito de autor ou de um direito conexo? ...signment of copyright or related right?)

15 responses

6. Você é favorável a impossibilidade de cessão de um direito de autor ou de um direito conexo? / (6. Are you in...elated rights assignment impossible?)

15 responses

7. Você conhece a Lei nº 6.533/1978?
Brazilian Law no. 6.533/1978?)

15 responses

/ (7. Do you know the

● Sim/Yes
● Não/No

8.Você conhece o art. 13 da Lei 6.533 de 1978, que versa sobre a vedação
de cessão de direitos autorais e dos di...right and related rights assignment?)

15 responses

● Sim/Yes
● Não/No

9. Você concorda com a redação do artigo? "Art . 13 - Não será permitida a cessão ou promessa de cessão de dire...g of services shall not be allowed.")

15 responses

10. Você é favorável a extinção do art. 13? / (10. Are you in favour of the extinction of the article 13?)

15 responses

11. Você é favorável a modificação do art. 13, apenas para determinar que ele se aplica a relações de emprego? ...ble only to employment relationship?)

15 responses

12. Você é favorável a alteração do art. 13 para que ele determine/especifique que sua aplicabi...nt involving artists and performers?)

15 responses

13. Caso esse artigo e a vedação de cessão dos direitos conexos ao de autor, seja aplicável para todos os co... works would be made more difficult?)

15 responses

14. Caso esse artigo e a vedação de cessão dos direitos conexos ao de autor, seja aplicável para todos os con... rights would be made more difficult?)

15 responses

15. Caso esse artigo e a vedação de cessão dos direitos conexos ao de autor, seja aplicável para todos os con...e to the national content production?)

15 responses

16. Caso esse artigo e a vedação de cessão dos direitos conexos ao de autor, seja aplicável para todos os cont...tion cost of an audiovisual content?)

15 responses

17. Você acredita que a flexibilização dos direitos autorais e dos conexos poderia auxiliar o desenvolvimento da i...ment/audiovisual industry in Brazil?)

15 responses

18. Você acredita que um sistema de direitos autorais mais parecido com o norte americano poderia favorecer o des...f the audiovisual industry in Brazil?)

15 responses

19. Você é favorável a alteração da legislação de direitos autorais como um todo no país? ...modification in the Brazilian Copyright Law?)

15 responses

20. Você tem interesse em receber o resultado desse estudo?
/ (20. Are you interested in the outcome of this study?)

15 responses

21. Você acredita que o estudo sobre direitos autorais pode auxiliar no desenvolvimento do mercado audiovisu...opment of the audiovisual market?)

15 responses

Comentários: 2 respostas

1. "Achei que o questionário deveria dar outras alternativas de respostas a algumas questões, não ficando apenas no "não" e "sim". Deveria ter no mínimo uma terceira opção, um "talvez", no mínimo. Algumas das minhas respostas encontrou essa dificuldade, pois para mim não deveria ser nem "sim" nem "não", e eu acabei optando por um desses polos, deixando de externar com mais precisão minha opinião a respeito."
2. "E, alguns aspectos sim, principalmente no que diz respeito ao "fair use", o que facilitaria a produção de documentários e biografias."